



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade
Coordenação de Estágio Supervisionado

**EMPREENHIMENTO SÓCIO-EDUCACIONAL: INCLUSÃO ATRAVÉS
DO CURSO PIONEIRO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
(LIBRAS) PARA A COMUNIDADE OUVINTE DE CAMPINA GRANDE-
PB**

NÁDIA SIMONE DE LIMA FEITOSA

Campina Grande - 2009

NÁDIA SIMONE DE LIMA FEITOSA

**EMPREENHIMENTO SÓCIO-EDUCACIONAL: INCLUSÃO DO
CURSO PIONEIRO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
PARA A COMUNIDADE OUVINTE**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Prof. Ms. Maria Aldano de França

Campina Grande – PB

2009

COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

Nádia Simone de Lima Feitosa
Aluna

Prof. Ms. Maria Aldano de França
Professora Orientadora

Prof. Ms. Eliane Ferreira Martins
Coordenadora de Estágio Supervisionado

Campina Grande – PB
2009

NÁDIA SIMONE DE LIMA FEITOSA

**EMPREENHIMENTO EDUCACIONAL-SOCIAL: INCLUSÃO DO
CURSO PIONEIRO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
PARA A COMUNIDADE OUVINTE**

Relatório aprovado em 17 de Fevereiro de 2009

Prof. Ms. Maria Aldano de França

Orientadora

Sídia Fonseca de Almeida

Examinadora

Francisco Nery Leal

Examinador

Campina Grande – PB

2009

DEDICATÓRIA

À minha mãe e amiga, Niédja por tudo o que representa, tudo o que me ensinou e ensina, pelo carinho, amor e dedicação total que me foi concebido desde o primeiro momento em que me viu. Agradeço por ser filha dessa mulher tão brilhante, exemplo de caráter e bondade, abrangendo tudo de mais perfeito que uma pessoa queira receber de outra. Pela sua força de coragem e perseverança durante toda a vida, qualidades que foram motivos estimulantes para concluir não só este trabalho, como também, para percorrer os caminhos que a vida sempre me trouxe, com dignidade, respeito e educação, advindos pelos bons exemplos que me foram repassados.

Em especial, **lembra - lá** que és o maior amor da minha vida, a quem sempre irei me dedicar incondicionalmente. Obrigada por tudo! Obrigada pelos conselhos, pelo apoio, por todos os momentos que tenho o privilégio de estar ao seu lado. Obrigada por existir! Te amo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, por ter sido companheiro fiel em todas as horas que precisei de sua sabedoria para percorrer este caminho tão significativo para a minha vida, me fazendo acreditar que eu posso ir além do que eu imaginava e que o maior segredo é saber ter confiança, auto-estima e fé em si mesmo, provando que assim nada é impossível de se alcançar;

À minha **Mãe**, por me cobrir sempre com seu amor incomparável, me dando força em todos os momentos, me orientando, nunca permitindo que a palavra desistir se tornasse presente na minha vida. A Ela que é o maior e melhor exemplo de mulher que eu possa querer seguir. Sempre guerreira, dedicada, amorosa meiga entre outras inúmeras qualidades das quais eu sinto um enorme orgulho dizer a todos que estão presentes neste anjo que Deus pôs em minha vida! E é com uma enorme satisfação que eu digo através desta forma singela o quanto eu a agradeço por tudo mesmo e o quanto o meu amor é infinito.

À **família**, pelo carinho e amor demonstrado, em especial ao **meu avô Zezinho** e a **minha avó Carminha**, a minha prima **Mariana**, ao meu irmão **Jorge** e as minhas tias **Eliane, Cláudia, Fátima, Carmem, Ediene, Elisabeth, Valéria e Betânia** por serem pessoas admiráveis, com quem tenho a felicidade de partilhar minhas vitórias, alegrias, medos e anseios;

Aos **Surdos-Instrutores da ASCG e EDAC**, em especial, **Girlaine, Claudinado, Aline, Virginia, Cledson, Josinalva, Darckson** e a **Intérprete Germana**, por me acolheram com todo carinho e dedicação durante toda a realização da pesquisa, me proporcionando uma experiência ímpar e maravilhosa de conviver com esta inesquecível turma.

A minha orientadora, **Maria Aldano de França**, agradeço pela oportunidade de ter me apresentado um novo contato entre aluno e professor do qual eu não

tinha contato, pela amizade, atenção e carinho dedicado durante todos os nossos encontros;

Aos **Amigos**, em especial Elisabeth, Dielle, Primênia e Náfis por terem contribuído direta ou indiretamente na realização deste trabalho, e por me fazerem ter a certeza do quanto é gratificante ter ao lado pessoas especiais como vocês.

FEITOSA, Nádya Simone Lima. Empreendimento Educacional-Social: Inclusão do Curso Pioneiro de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Comunidade Ouvinte 125f. Relatório de Pesquisa (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

RESUMO

A sobrevivência e lucratividade das Organizações sempre viveram em constantes ameaças devido à grande concorrência existente no mercado, mas, atualmente uma questão que vem despertando uma maior atenção e consideração por parte delas é o fato de que, as empresas e instituições que não se sensibilizarem para as novas questões sociais, encontrarão um ambiente de difícil aceitação por parte da sociedade. O atual cenário econômico vem exigindo cada vez mais, que o Empreendedor crie novas e diferenciadas estratégias competitivas que ofereçam produtos e serviços politicamente corretos, e responsabilmente sociais proporcionando novas formas de inclusão e conscientização. Dentro deste grupo inclusivo, destacamos os surdos, que procuram direitos de igualdades, principalmente no mercado de trabalho, se organizando em movimentos e associações que lutem por seus direitos, não apenas como pessoas com necessidades especiais e sim como clientes, empregados, empresários, empreendedores, ou seja, em qualquer posição e/ou cargo que uma pessoa tida como normal (ouvinte) ocupa na sociedade. Diante destas considerações iniciais, este estudo teve como objetivo geral analisar e formular um novo projeto de curso de LIBRAS para a sociedade, com o anseio de difundir esta língua, através do ensino de cursos para Instituições e a sociedade em geral, ampliando assim, a rede de conhecimento sobre a surdez. Em termos de procedimentos metodológicos, inicialmente utilizamos uma pesquisa de forma qualitativa se configurando na modalidade de Pesquisa Participativa realizado na cidade de Campina Grande, Paraíba, na Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG). A obtenção dos dados foi realizada em dois momentos, inicialmente, mantivemos contato com o grupo de instrutores da ASCG, através de encontros e em seguida ocorreu à obtenção dos dados feita através de uma entrevista semi-estruturada, onde se procurou conhecer, através do depoimento da instrutora da Associação, a idealizadora do curso, como ela enxergava a criação do curso para a comunidade ouvinte de Campina Grande e adjacências na disseminação da Língua de Sinais. A obtenção dos resultados permitiu apontar que as práticas e ações desvelam a trajetória do curso e dos participantes, desenvolvendo, a partir dessa experiência, um projeto mais aprofundando na ampliação destinada principalmente às instituições públicas e privadas que assumam o compromisso de acessibilidade a Língua de Sinais conforme reza a legislação brasileira. Portanto, acreditamos que a nova proposta de projeto foi adequadamente atrativa para a divulgação do referido curso, pois apresentou metas de expansão e de negociação, objetivando que diferentes parcerias fossem formadas, com o intuito de melhor promover ao público várias situações e ambientes da sociedade que necessitassem e utilizassem a LIBRAS, criando um ambiente mais interativo e prazeroso para todos.

Palavras-chave: Empreendedor; Responsabilidade Social; Surdos; Curso de LIBRAS

ABSTRACT

The survival and profitability of organizations always lived in constant threat due to high competition in the market, but now an issue that is attracting greater attention and consideration by them is the fact that companies and institutions that do not raise awareness for the new social issues, will find a difficult environment of acceptance by society. The current economic environment is increasingly demanding that the Entrepreneur creates new and differentiated strategies that offer competitive products and services politically correct, and responsibly providing new forms of social inclusion and awareness. Within this inclusive group, highlight the deaf, seeking equal rights, especially in the labor market is organized in associations and movements that fight for their rights, not only as people with special needs, but as customers, employees, entrepreneurs, entrepreneurs , or in any position and / or position that a person considered as normal (listener) plays in society. Considering these initial considerations, this study aimed to analyze and formulate general design of a new course of LIBRAS to society with the desire to spread this language, by teaching courses for institutions and society in general, thereby enlarging the network of knowledge about deafness. In terms of methodological procedures, initially used a form of qualitative research is in configuring mode Participatory Research conducted in the city of Campina Grande, Paraíba, the Association of the Deaf of Campina Grande (ASCG). Data collection was performed in two stages, initially had contact with the group of instructors of ASCG, through meetings and then was made to obtain data through a semi-structured interview, which sought to know through the testimony the instructor of the Association, the creator of course, as she saw the creation of the course for the community hearing of Campina Grande and vicinity in the spread of sign language. The achievement of the results allowed to point that the practices and actions reveal the trajectory of the course and participants, developed from that experience, more depth in a project aimed mainly at expanding public and private institutions take the commitment to access the Language of Signs nature as the Brazilian legislation. Therefore, we believe that the proposed new design was suitably attractive to the dissemination of the course, presented as targets for expansion and negotiation, to which various partnerships were formed in order to better promote the public various situations and environments that the company needed and used to LIBRAS, creating a more interactive and pleasurable for all.

Keywords: *Entrepreneur, Social Responsibility; Deaf; Course LIBRAS*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Ação e Reflexão	21
FIGURA 02 – Pirâmide da Responsabilidade Social	33

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Empreendedorismo na visão de vários autores	25-26
QUADRO 02 – Funções de cada tipo de Responsabilidade Social	34

LISTA DE SIGLAS

ASCG- Associação de Surdos de Campina Grande
CBDS- Confederação Brasileira de Desportos de Surdos
CNAS- Conselho Nacional de Serviço Social
EDAC- Escola de Áudio Comunicação de Campina Grande
FENEIS- Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais
MEC- Ministério da Educação
PRÓLIBRAS- Certificação de Proficiência na LIBRAS
SEBRAE- Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEESP - Secretaria de Educação Especial
UAED- Unidade Acadêmica de Educação
UEPB- Universidade Estadual de Campina Grande
UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	14
Definição do Tema e do Problema de Pesquisa	15
1.1. Justificativa	15
1.2. Objetivos	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
1.3. Estrutura do Trabalho	16
 CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	 17
2.1. Administração e Empreendedorismo.	17
2.2. Planejamento e Projeto	18
2.3. Intuição e Criatividade.....	22
2.3.1. Conceito.....	23
2.4. Empreendedorismo: Autores e Conceitos.....	25
2.4.1. Características encontradas nos Empreendedores.....	28
2.4.1.1. Os 7 passos do empreendedorismo.....	29
2.4.1.2. Tipos de empreendedor.....	30
2.4.2. Empreendedorismo Social.....	31
2.5. Responsabilidade Social	32
2.6. Políticas Públicas de Inclusão.....	36
2.6.1. Libras: Língua das Comunidades Surdas do Brasil.....	41
2.6.2. Acessibilidade à Libras: Uma Responsabilidade Social.....	44
 CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	 47
3.1. Abordagem da Pesquisa.....	47
3.2. Características do Contexto da Pesquisa	48
3.3. Participantes da Pesquisa	49

3.4. Instrumentos de Coleta de Dados	49
3.5. Organização e análise dos dados	50

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... 51

4.1. Encontro com a Comunidade Surda ASCG	51
4.2. A trajetória do curso de LIBRAS sob o olhar da precursora	52
4.2.1. Histórico	52
4.2.2. Recursos	54
4.2.3. <i>Custo</i>	55
4.2.4. <i>Local</i>	55
4.2.5. <i>Público-alvo: os ouvintes</i>	56
4.2.6. <i>Os ministrantes: o desafio da liderança e interação da equipe</i>	57
4.2.7. <i>Pontos positivos e negativos do Curso</i>	59
4.3. Análise do curso sob o ponto de vista da Administração.....	60
4.4. Redimensionando o Projeto do curso	62
4.4.1. Limitações do Curso de LIBRAS.....	62
4.4.2. <i>A nova proposta de Projetos para o Curso de LIBRAS</i>	63
4.5. O Projeto	63
4.5.1. Apresentação	63
4.5.2. Objetivos Centrais	64
4.5.3. <i>Objetivos Metodológicos</i>	65
4.5.4. Missão do curso de LIBRAS.....	65
4.5.5. Visão do curso de LIBRAS	65
4.5.6. Estratégia de Operacionalização.....	66
4.5.7. <i>Metodologia</i>	66
4.5.8. <i>Taxas</i>	67
4.6. Observações finais	68

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 69

REFERÊNCIAS 71

APÊNDICES

ANEXOS

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Atualmente diante de um cenário econômico cada vez mais competitivo, as Organizações têm sido obrigadas a formularem estratégias completamente diferenciadas, objetivando além de sua sobrevivência no mercado, um maior comprometimento para com a sociedade, exigindo posturas mais conscientes e éticas, que ofereçam benefícios não só para a organização e sim, para todos os envolvidos. Criando produtos e serviços politicamente corretos, que satisfaçam o meio social no qual são ofertados.

Seguindo este raciocínio, observa-se que a obtenção por resultados eficientes e criativos, tanto para as Instituições envolvidas, como para a sociedade em geral, proporcionará atitudes empreendedoras e responsavelmente sociais.

Dentro deste contexto social, identificamos o grupo de deficientes como uma parcela da população, em específico, os Surdos, que durante muito tempo viveram à margem da sociedade, especificamente do mercado de trabalho, sentindo na pele a condição de excluídos. Foi a partir desta necessidade de inclusão, que os surdos, decidiram encontrar meios que reduzissem estas desigualdades, se organizando em movimentos e associações que lutassem por seus direitos, não apenas como pessoas com necessidades especiais e sim como clientes, empregados, empresários, empreendedores, ou seja, em qualquer posição e/ou cargo que uma pessoa tida como normal (ouvinte) ocupa na sociedade.

Considerando-se que no Brasil existe uma população surda de pouco mais de 5.750.805 (IBGE, 2000), é notável cada vez mais que a busca pelos seus direitos venha crescendo de forma considerável. Este fator tem delimitado o surgimento de novas leis e decretos, que hoje são assegurados na Legislação Brasileira, garantindo o acesso às áreas de informação, comunicação, trabalho, educação, transporte, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer.

Em consonância com este pensamento, a Associação de Surdos de Campina Grande- (ASCG) decidiu criar um curso de Língua de Sinais para a população ouvinte local, almejando difundir a Língua Brasileira de Sinais para promover a comunicação entre surdos e ouvintes. Este curso já existe há 3 anos e deseja encontrar meios de aumentar sua demanda para as demais áreas acima citadas.

Diante do exposto, levanta-se o **problema da pesquisa**: Como uma nova proposta de Projeto para o Curso de LIBRAS ofertado pela ASCG conseguirá expor a necessidade de Instituições Públicas e Privadas aceitarem as parcerias oferecidas, cumprindo assim com as exigências quanto a acessibilidade da LIBRAS, estabelecidas em lei para com as pessoas surdas?

E de que maneira a reformulação do projeto contribuirá para o desenvolvimento do curso, proporcionando a conscientização da responsabilidade social por parte das Instituições que aceitarem essas parcerias, beneficiando assim, a interação entre surdos e ouvintes?

Justifica-se, portanto, que a idéia de abordar a temática Surdez no âmbito da Administração, em particular sobre a Responsabilidade Social, ocorreu através do contato que já mantido pela pesquisadora com alguns surdos, professores e intérpretes da EDAC (Escola de Audiocomunicação de Campina Grande) e da vivência pessoal que a pesquisadora adquiriu através de sua Mãe, que foi professora da EDAC durante 10 anos e atualmente trabalha na área de surdez no curso de Pedagogia da UFCG; além dos estudos realizados sobre o Empreendedorismo na área de Administração de Empresas, propõem-se investigar a situação do curso para a criação de uma nova proposta de Projeto do Curso de LIBRAS, que estivesse coerente com as exigências do mercado.

A elaboração do projeto deve viabilizar o referido Curso para o atendimento da população, de modo geral, especificando uma ampliação dos conhecimentos para as Instituições, a fim de repassar, através de aulas-expositivas, um pouco da LIBRAS para os participantes das Organizações de cunho público ou privado, com o intuito de internalizarem a importância do conhecimento da LIBRAS no âmbito social.

Logo, o projeto possibilitará um planejamento adequado de como este curso poderá ser ministrado, através de parcerias com as instituições que despertarem não só o interesse de socializar a LIBRAS no campo da Responsabilidade Social, mas com a visão de um grande diferencial competitivo, já que uma porcentagem de sua clientela seja possivelmente surda e necessite de acessibilidade à comunicação e a informação.

O trabalho apresenta, portanto, o **objetivo geral**, formular um novo projeto de curso de LIBRAS para a sociedade, caracterizado através do trabalho de orientação, destinado a um grupo de instrutores surdos e intérpretes de LIBRAS da ASCG, que anseiam a difusão

desta língua, através do ensino de cursos para Instituições (Anexo G) e a sociedade em geral, ampliando assim, a rede de conhecimento sobre esta área.

Os **objetivos específicos** são:

- Proporcionar ao grupo de Surdos e intérpretes informações referentes a um planejamento que os permitam compreenderem os elementos que compõem o projeto em questão;
- Orientá-los na formação do projeto de curso, intermediando os contatos e levando-se em conta, principalmente, a legislação pertinente sobre a LIBRAS;
- Promover uma interação entre a comunidade surda e as Instituições, visando assim uma maior inclusão do surdo no mercado de trabalho e na sociedade.

Para atingir aos objetivos permanente estabelecidos, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Capítulo 2 - Fundamentação teórica; que apresenta uma abordagem conceitual da área e do tema estudado, com aspectos relativos ao empreendedorismo e a responsabilidade social.

Capítulo 3 - Procedimentos metodológicos; que aponta aspectos como: abordagem de pesquisa, universo pesquisado, instrumentos de coleta dos dados, entre outros aspectos.

Capítulo 4 - Apresentação e discussão dos resultados; que faz uma exposição dos dados coletados, analisando-os com base nos referenciais teóricos e apresentando a elaboração de uma nova proposta de projeto do curso de LIBRAS.

Finalmente, são apresentadas as **Considerações Finais** do trabalho, **Referências**, **Apêndices e Anexos**.

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO e EMPREENDEDORISMO

No decorrer dos últimos anos, tornou-se nítido o crescente interesse de pessoas em abrir seu próprio negócio, provocando assim a necessidade na busca de maiores informações e estudos sobre o empreendedorismo, como estratégia para se manter no mercado em que está ou pretende ingressar. A falta de informações desequilibra muitos de novos empreendimentos, levando quase sempre a falência.

O empreendedor deve prestar atenção às oportunidades, ter uma ampla e exigente visão focalizada no planejamento com base na Administração, impedindo que os riscos causem grandes danos às empresas.

A administração e o empreendedorismo são características comuns da sociedade humana, e tem uma grande importância no contexto histórico e social

A palavra administração vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência).

Chiavenato (2000) define Administração como o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos e que a base da Administração é a de fazer as coisas por meio de pessoas, de maneira eficiente e eficaz.

Conceitualmente pode-se ter a idéia de que, Administrar envolve a ação de se trabalhar com e através de pessoas para planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos, com a finalidade de realizar e atingir objetivos tanto da organização quanto de seus participantes.

Tudo ao nosso redor envolve Administração. Nossa vida é administrada inúmeras vezes em inúmeras situações de nosso cotidiano, para isso temos que ter, no mínimo, conceitos básicos de administração. Um profissional da Administração sabe analisar e resolver situações problemáticas variadas e complexas, pois aprendeu a pensar, a avaliar e a ponderar em termos abstratos, estratégicos, conceituais e teóricos. Portanto, não podemos confundir o fato de todos nós termos que administrar as nossas próprias vidas, com o profissional da Administração.

Peter Drucker (2001) define a administração como ciência que trata dos seres humanos. Sua tarefa é capacitar as pessoas a funcionar em conjunto, evitar suas forças e

tornar irrelevantes suas fraquezas. É disso que trata uma organização, e esta é a razão pela qual a administração é um fator crítico e determinante.

Com essas palavras, o próprio Drucker demonstra o quanto o capital humano é importante para o desenvolvimento de qualquer tipo de negócio, e que, fazendo com que este capital desenvolva habilidades e estimule suas atitudes empreendedoras, não só aumentará seu capital financeiro como criará situações de forte crescimento para a empresa.

Empreendedor vem do termo ‘entrepreneur’, na língua inglesa e significa aquele que inicia e mantém seu próprio negócio, em qualquer área. Na Língua Portuguesa assume o significado tanto empreendedor como empresário.

Indícios apontam que o termo empreendedorismo foi designado da expressão *entrepreneurship*, da língua inglesa, porém, originada do termo francês *entrepreneur* e do sufixo inglês *ship*, que, segundo Dolabela (2002, p.47) “era usada no século 12 para designar aquele que incentivava brigas”. E complementa ressaltando que, no final do século 18, passou a indicar as pessoas que criavam e conduziam projetos e empreendimentos.

2.2. PLANEJAMENTO E PROJETO

Delimitando-se especificamente ao contexto deste estudo, podemos considerar que, Administrar envolve um conjunto de funções e normas que estabelecem o desenvolvimento das atividades realizadas no ambiente inserido, visionando o alcance dos objetivos com a finalidade de obter resultados eficazes. Logo administrar implica em elaboração de planos, relatórios, projetos, em que é exigida a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de Administração.

Chiavenato (1999, p.144), baseando-se em Fayol faz referência, em sua obra, ao ato de administrar como sendo: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. São as chamadas funções administrativas que englobam os elementos da Administração, isto é, as funções do administrador, a saber,

1. Prever: visualizar o futuro e traçar o programa de ação.
2. Organizar: constituir o duplo organismo material e social da empresa.
3. Comandar: dirigir e orientar o pessoal.

4. Coordenar: ligar, unir, harmonizar todos os atos e todos os esforços coletivos.
5. Controlar: verificar para que tudo ocorra de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Estas são facilmente localizadas em qualquer atividade em que o administrador venha a exercer, pois são fundamentais para a boa execução em qualquer nível que se encontre. Entretanto o ato de planejar é indiscutivelmente considerada como a primeira das funções, pois serve de base, de pilar para o desenvolvimento das demais.

Na visão de Chiavenato (1999, p.408) “O planejamento é uma função administrativa que interage com as demais” e Araújo (2004, p.169) complementa dizendo que o planejamento que tem a capacidade de “definir o futuro da empresa, principalmente, suas metas, como serão alcançadas e quais são seus propósitos e seus objetivos”.

É no planejamento que serão decididos os objetivos, definições de planos para alcançar as metas e uma programação das atividades. “O planejamento ainda serve como ferramenta em que as pessoas e as organizações usam para administrar suas relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo decisório” (MAXIMIANO, 2002, p.105 *apud* Wikipédia, 2009)

Portanto, fica claro que no desenvolvimento de um plano, é necessário que todas as pessoas (com idéias diferentes sobre a situação desejada e como atingi-la) ganhem a oportunidade de se exporem para que ocorra uma integração por parte do grupo. Tornando-se assim claro que, por meio da comunicação, as pessoas se sentirão comprometidas com as decisões que se tomam e confiantes na divulgação de alternativas que solucionem os problemas, criando um ambiente seguro e bastante criativo.

Existem quatro princípios básicos da função planejamento, são eles:

- Princípio do Estabelecimento de Objetivos: São os fins para os quais se dirige a nossa atividade. É onde queremos chegar.
- Princípio do Estabelecimento de Prioridades: Concentração maior na ênfase de um determinado ponto e obter a potência máxima de nossas forças.

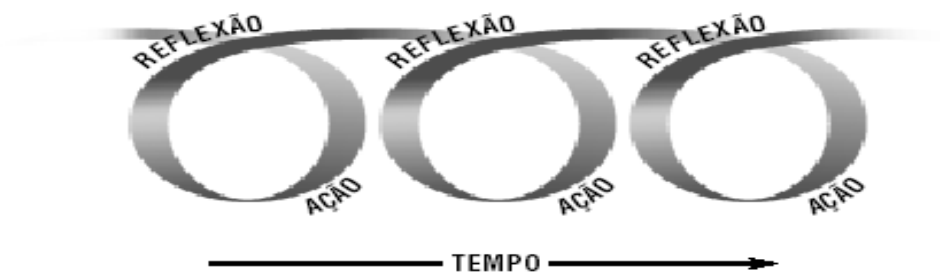
- Princípio da Execução Efetiva: Obtenção de resultados melhores com mínimo de esforço, assegurando uma ótima qualidade na utilização dos nossos recursos.
- Princípio do Acompanhamento, Avaliação e Controle: permite que saibamos para onde os nossos recursos foram destinados e se as nossas realizações estão conforme o desejado.

Tais princípios servem para que ocorra da melhor maneira o planejamento e a execução dos projetos profissionais e pessoais no nosso dia-a-dia, incorporando-se ao nosso cotidiano e ao nosso estilo de vida. Mas antes, é necessária a realização de um Planejamento Estratégico, pois nele é que serão desenvolvidas as estratégias, cenários internos e externos que identifiquem as ações desejadas e indesejadas, e os valores psicossociais que devem guiar a conduta e as diretrizes a serem realizadas.

Estes princípios devem estar sempre em mente, respondendo as questões que demonstrem qual o objetivo a ser seguido, exigindo-se bastante concentração para que se escolha a melhor maneira de se utilizar ou evitar para que o aumento de sua produtividade e se os feedback saiam conforme o que fora planejado.

Quando um planejamento é executado temporariamente em um empreendimento com um objetivo pré-estabelecido, e com suas definições claras (início, meio e fim bem definidos), tempo e recursos limitados, numa seqüência de atividades relacionadas, damos a este fator o nome de projeto. Segundo *PROCHONW* (1984 *apud* UFSC 2005), “Projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”.

O planejamento do projeto deve ser visto como um processo contínuo, o qual envolve aprendizagem através da reflexão e da ação.



É importante reservar um tempo para parar, pensar, repensar, aprender com os outros e com Deus.

Figura 1. Ação e Reflexão

Fonte: TEARFUND (2003)

Os projetos caracterizam-se como:

- temporários, possuindo um início e um fim definidos,
- planejados, executado e controlado,
- entregam produtos, serviços ou resultados exclusivos,
- desenvolvidos em etapas e continuam por incremento com uma elaboração progressiva,
- realizados por pessoas e
- com recursos limitados.

Elaborar um projeto é, antes de qualquer coisa, a transformação de IDÉIAS em AÇÕES. A organização do projeto em um documento nos permite o auxílio sistematizado do trabalho em etapas a serem cumpridas, objetivando o alcance do cenário q fora almejado, identificando assim as principais deficiências que devem ser superadas durante a execução das atividades previstas, evitando futuras falhas no processo.

Alguns itens devem ser observados na formulação de projetos:

- Estabelecimento correto do problema - deve ser significativo em relação aos fatores de sucesso no negócio; deve ter dimensão administrável; deve ser mensurável.
- Identificação das pessoas e instituições a quem afeta resolver o problema, buscando criar vínculos com os mesmos desde o início do projeto;
- Busca adequada de fontes de financiamento.

2.3. INTUIÇÃO E CRIATIVIDADE

Diante de um mercado cada vez mais globalizado e competitivo, manter-se próspero em um negócio torna-se um verdadeiro desafio, principalmente para aquelas organizações acostumadas a se garantirem com fórmulas prontas que as ajudam a resolver suas dificuldades em época de crise. Mas, é justamente nesse período em que surgem novos caminhos por parte daqueles que se atrevem a utilizar de suas práticas intuitivas como um grande diferencial em suas estratégias competitivas.

Na construção de um planejamento estratégico, torna-se imprescindível a visualização do futuro com a qual se queira chegar, imaginar e prever os impactos que este planejamento causará à organização.

Segundo Costa (1996) A bússola será a intuição, uma vez que, matematicamente, haverá certa ausência de tempo para equacionar suas idéias. Mas, se você estiver preparado para usar essa nova ferramenta de trabalho, você conseguirá sair-se bem nas diversas situações novas que se apresentarão.

Portanto, nota-se que, em ocasiões que exigem decisões muito rápidas, sem tempo para análises mais estruturadas e profundas e que devem ser fundadas na experiência, encontra-se como uma saída estratégica, tomar como base nossos pressentimentos, acreditando que assim, um novo leque de possibilidades será aberto para solucionar ou até mesmo criar situações que mantenham a organização sólida e inovada, já que ela não utilizará apenas de argumentos exatos e racionais como meios para sua sobrevivência.

“Muitos empresários acharão que a intuição é coisa para esotéricos, virarão as costas e tentarão obter respostas racionais. Porém, diante das evidências, começarão a dar-lhe crédito.” (COSTA, 1996, p.55).

Ainda de acordo com Costa (1996, p.56), os executivos antes de tomarem decisões, consideram de fundamental importância a pesquisa de mercado, análise de custos de produção, margem de lucro entre outros fatores lógicos, numéricos que impliquem em segurança. Ou seja, bons números são iguais a poucos riscos, essa é a mentalidade do século.

Esse novo leque de possibilidades caracteriza-se por um ambiente formado pela criação e estímulo da geração de idéias, em que podemos chamar de criatividade, este fator servirá como ponto-chave para contribuir nas decisões que devem ser tomadas no decorrer do processo. Juntamente com a intuição, ambas formam uma excelente parceria para o sucesso desejado da empresa diante do mercado.

Segundo Parikh, Neubauer e Lank (1994 *apud* Macedo, *et.al.* 2003) um número cada vez maior de administradores, incluindo presidentes de empresas, estão admitindo o uso da intuição no processo de tomada de decisões. Há a expectativa de que a intuição se torne um elemento mais discutido e utilizado por administradores e empresas em virtude dos avanços das tecnologias de informação que oferecem um extraordinário volume de subsídios que precisam ser filtrados. Esses estudiosos ainda afirmam que “Se os líderes e administradores não conseguirem usar e desenvolver sua capacidade intuitiva, e criar um ambiente em que a intuição seja valorizada e recompensada, não há dúvida de que sua eficácia ficará comprometida.” PARIKH; NEUBAUER; LANK (1994 *apud* Macedo, *et.al.* 2003)

2.3.1 Conceito

De acordo com o dicionário Larousse (2001), **Intuição** é: 1. Conhecimento claro, direto, imediato da verdade sem o auxílio do raciocínio; 2. Sentimento irracional, não verificável, de que um evento vai se produzir, de que algo existe; pressentimento.

Bazarian (1986 *apud* Gregório, 1998) conceitua a palavra **intuição** (do latim *in tueri* = ver em, contemplar) como um conhecimento direto, imediato do conjunto de qualidades sensíveis e essenciais dos objetos e de suas relações, sem uso do raciocínio discursivo.

Todas as pessoas nascem com o poder de intuir, o complicado é conseguir externalizar, ou seja, colocá-la em prática, principalmente para aquelas pessoas que não possuem tempo livre, pois exercitá-la exige vontade e paciência para saber detectar os sinais capazes de repassar as mensagens antes de se aderir a qualquer decisão. Vejamos algumas características de uma pessoa intuitiva:

- ter uma mentalidade flexível e aberta ao desconhecido;
- ser ágil na execução de suas tarefas;
- acumular várias experiências;
- desejar imperiosamente a solução por problemas e;
- sempre se manter informado
- são situações consideravelmente favoráveis ao desenvolvimento da intuição,

Para Armond (1977, *apud* Gregório1998), a **intuição**, baseia-se na fé, já que se fundamenta na crença e confiança, possui um campo ilimitado, pois está aberto a inúmeras possibilidades. O campo racional delimita-se até onde a inteligência alcança. Por isso, às vezes diz “sim”, quando a intuição diz “não”; uma fala “prudência”, a outra ordena “confiança”; uma diz “raciocina primeiro”, mas a outra determina “crê e segue”.

Segundo o dicionário Larousse (2001), **Criatividade** é: 1. Qualidade de criativo; 2. Capacidade criadora; inventividade.

Para muitas pessoas, o termo criatividade atena-se a uma atividade proporcionalmente não estruturada de acúmulo de idéias, com a finalidade de que a idéia correta seja detectada. Embora algumas pessoas realmente consigam criar a partir desse pressuposto, na maioria das vezes fica explícito o quanto uma abordagem mais estruturada é essencial, tendo-se que a liberdade para se criar, como também, a necessidade de que ocorra disciplina que assegure a objetividade e a consistência daquilo que está sendo criado, proporcione um ambiente criativo e seguro.

Como processo, a criatividade pode ser estudada, compreendida e aperfeiçoada. Independentemente do nível de estruturação adotado, o processo criativo se fundamenta em

três princípios: **Atenção, Fuga e Movimento**. Juntas, elas formam uma estrutura integrada em que se baseiam todos os métodos de pensamento criativo.

Segundo Maltz (1972, *apud* Benítez 2004), é através da imaginação criadora que os objetivos começam a tomar forma. É a imaginação que gera o desejo, o qual constitui o ponto de partida para a determinação do objetivo.

É notável a presença diária de valiosas expressões de criatividade em todos os setores de atividade como artesanato, indústria, comércio, diversão, etc. Para Nonaka (2000), criar conhecimento novo significa literalmente recriar a empresa e cada pessoa dentro dela em um processo ininterrupto de alta renovação pessoal e organizacional.

Conclui-se que a criatividade aliada à intuição humana é um fonte estimuladora na tomada de decisão e solução de problemas. Já que O desenvolvimento de ambas em profissionais posicionados no mercado de trabalho, abre um mundo de possibilidade visando uma melhora contínua na busca de soluções inovadoras e dinâmicas no dia-a-dia da empresa. Além de proporcionar equilíbrio no ambiente de trabalho, característico geralmente pela pressão física e emocional, resultante da competitividade e exigência de cumprimento de prazos e metas.

2.4. EMPEENDEDORISMO: AUTORES E CONCEITOS

Dolabela (2002) destaca que existem muitos conceitos da expressão empreendedor, detendo-se ao fato que muitos são propostos por pesquisadores de diferentes campos, que influenciados pelas suas áreas de interesse, aproveitam de seus princípios para desenvolveram conceitos sobre empreendedorismo.

Como exemplo pode-se destacar: Schumpeter *et.al.* (1984, *apud* Fuzzeti e Salazar, 2007) dentre outros autores, os quais apresentam critérios sobre o empreendedorismo, que se encontram sintetizados no Quadro 1.

Autores	Especificação
----------------	----------------------

Schumpeter (1984)	É a criação de novos produtos e novos mercados, a sua essência está na percepção e aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios.
Drucker (2002)	O empreendedorismo é um comportamento e não um traço de personalidade. Trata-se da inovação e do empreendimento como parte integrante do trabalho do executivo.
Dolabela (2002)	É utilizado para designar os estudos relativos ao empreendimento, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação e a formação de um empreendimento somado às características ambientais, de acordo com os diversos ramos de atividade (industrial, comercial ou prestador de serviços).
Dornelas (2003)	Trata-se de um comportamento que envolve processos organizacionais que permitem à empresa toda trabalhar em busca de um objetivo comum, que é a identificação de novas oportunidades de negócios, por meio da sistematização de ações internas focadas na inovação.

Quadro 1. Empreendedorismo na visão de vários autores

Fonte: FUZETTI, SALAZAR (2007)

Leite (2002) cita que, na visão de Shumpeter o empreendedorismo assume uma a realização de novas combinações, onde são detectados cinco tipos de inovações:

- introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bem;
- introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem;
- abertura de novos mercados;

- conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semi-faturados;
- e estabelecimentos de uma nova organização de qualquer indústria, abrangendo, assim, as coisas novas e as novas maneiras de se fazer.

Sobrepondo-se a isto têm-se que para o autor, qualquer pessoa que realizar qualquer tipo de inovação que fora citada anteriormente é um empreendedor. Resumidamente, entende-se que a partir do momento em que não se inova não se realiza o ato empreendedor.

Já para Drucker (2002 *apud* Fuzetti e Salazar, 2007), é através da intuição que a prática de empreender cria ou amplia os negócios já existentes na empresa.

Dolabela (2002) diz que o empreendedorismo é a formação de um empreendimento, adicionado às características ambientais, de acordo com os diversos ramos de atividade, onde essas características referem-se a um ambiente empreendedor.

Chiavenato (2004, p.4) ressalta que:

Os empreendedores são heróis populares do mundo dos negócios. Fornecem empregos, introduzem inovações e incentivam o crescimento econômico. Não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos inerentes em uma economia em mudança, transformação e crescimento. Continuamente milhares de pessoas com esse perfil – desde jovens adolescentes a cidadãos mais idosos e de todas as classes sociais – inauguram novos negócios por conta própria e agregam a liderança dinâmica que conduz ao desenvolvimento econômico e ao progresso das nações.

Chiavenato conseguiu através desta definição, repassar da melhor maneira o que é um verdadeiro empreendedor e que este, está presente em todos os ambientes, assumindo diversas formas e campos de qualquer atividade humana.

Portanto ao analisarmos o contexto histórico, mais precisamente no início do século XX, percebe-se que os empreendedores eram bastante confundidos com os administradores, sendo observados apenas do ponto de vista econômico, em que qualquer tipo de planejamento, direção e controle das organizações, estavam ligados a fatores de compra e venda. (DORNELAS, 2001 *apud* FUZZETTI; SALAZAR, 2007).

Ao fazer a distinção entre administrador e empreendedor enfatiza-se que, enquanto o primeiro anseia atingir seus objetivos de forma eficaz e eficiente através da melhor utilização dos recursos existentes na organização, o outro procura sempre novos conhecimentos, está sempre antenado, buscando novas oportunidades que marquem a existência da uma nova ou uma já existente empresa.

Drucker (2001, p.27) diz que “a mão do violinista que dedilha as cordas e a mão que comanda o arco são ‘adversárias’ ou ‘mutuamente exclusivas’”.

Logo, ousar separar a Administração do Empreendedorismo seria o mesmo que por em declínio qualquer organização, pois um empreendedor deve saber administrar, para levar o empreendimento para frente, assim como o administrador também deve ser dotado de forte espírito empreendedor, para poder inovar, criar, construir novidades para empresa. Assim deve-se existir uma harmoniosa parceria, pois ambas são sempre simultaneamente necessárias, trabalhando em conjunto para tornar o negócio próspero e durador.

“O ideal é unir as características de um bom profissional da Administração juntamente com as de um bom empreendedor, formando assim uma mistura que capacitará um profissional de sucesso.” (SEBRAE, 2005)

Tanto os administradores quanto os empreendedores são “tomadores” de decisões. O empreendedor está sempre buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo uma oportunidade. Ele inova mudando e transformando valores sem limitar-se unicamente aos aspectos econômicos. (DRUCKER, 1987).

2.4.1. CARACTERÍSTICAS ENCONTRADAS NOS EMPREENDEDORES

O Perfil Empreendedor é resultado de uma série de características específicas que fazem com que o mesmo sempre se destaque com êxito nas suas atividades. Essas características são percebidas quando o empreendedor busca sempre oportunidades, perseverando e comprometendo-se, visando às metas de seus objetivos. Procura atuar com qualidade, assumindo riscos de maneira calculada e buscando incessantemente por informações, que lhe permitam adquirir maiores conhecimentos. Assume os papéis

administrativos, planejando, monitorando tudo ao seu redor de forma sistemática; mantendo contatos. Ele é dotado de confiança e de independência.

Segundo Leite (2000), nas qualidades pessoais de um empreendedor, entre muitas, destacam-se:

- a) iniciativa;
- b) visão;
- c) coragem;
- d) firmeza;
- e) decisão;
- f) atitude de respeito humano;
- g) capacidade de organização e direção.

As divergências existentes entre “empreendedor” e “empresário”, são muito usadas como sinônimos no dia-a-dia das pessoas, pois para muitos, suas definições dividem da mesma opinião, ou seja, que nada mais são do que pessoas que abrem um negócio. Ao nos aprofundar-mos em informações, percebemos que na verdade, o empreendedor é muito mais do que um simples fundador de empresas, eles às vezes nem se quer precisa ser isso.

Em momentos que se é preciso dar equilíbrio à empresa ou depois de uma mudança na organização, o papel do Empresário seria significativo, já que este saberia manter tudo como deve estar e não criaria nenhuma instabilidade.

O empreendedor não precisa abrir seu próprio negócio. Ele pode participar do negócio de outras pessoas, não somente quando cria uma empresa, mas durante toda a existência dela. Busca renovar sempre que preciso e para isso, ele tem a iniciativa. Tem a capacidade de enxergar objetivos com clareza e traçar planos para atingi-los em prazo pré-estabelecido. Portanto, empreender é uma forma de pensar, de realizar.

2.4.1.1. Os 7 passos do empreendedorismo

Para Donerlas (2004), o Empreendedorismo é dividido em 7 passos:

1. **Assumir riscos:** Arriscar conscientemente é ter coragem de enfrentar desafios, de tentar um novo empreendimento, de buscar, por si só, os melhores caminhos.
2. **Identificar oportunidades:** Ficar atento e perceber, no momento certo, as oportunidades que o mercado oferece e reunir as condições propícias para a realização de um bom negócio.
3. **Conhecimento, organização e independência:** Esse conhecimento pode vir da experiência prática, de informações obtidas em publicações especializadas, em centros de ensino, ou mesmo de dicas de pessoas que montaram empreendimentos semelhantes.
4. **Tomar decisões:** Tomar decisões acertadas é um processo que exige o levantamento de informações, análise fria da situação, avaliação das alternativas e a escolha da solução mais adequada.
5. **Liderança, dinamismo e otimismo:** Liderar é saber definir objetivos, orientar tarefas, combinar métodos e procedimentos práticos, estimular as pessoas no rumo das metas traçadas e favorecer relações equilibradas dentro da equipe de trabalho, em torno do empreendimento.
6. **Planejamento e plano de negócios:** Dentro e fora da empresa, o homem de negócios faz contatos. Seja com clientes, fornecedores e empregados. Assim, a liderança tem que ser uma qualidade sempre presente.
7. **Tino empresarial:** O que muita gente acredita ser um sexto sentido, intuição, faro empresarial, típicos de gente bem-sucedida nos negócios é, na verdade, na maioria das vezes, a soma de todas as qualidades descritas até aqui. Se o empreendedor reúne a maior parte dessas características terá grandes chances de êxito.

2.4.1.2. Tipos de empreendedor

De acordo com Bolton e Thompson (2000, apud Benedetti *et.al.*2005), existem três tipos de empreendedores, são eles:

1. *Empreendedor de negócios:* aquele que identifica a oportunidades no mercado,

planeja e constrói novas empresas;

2. *Empreendedor interno*: o indivíduo que promove as mudanças dentro da empresa em que trabalha; reinventa a empresa e os negócios, etc;
3. *Empreendedor Comunitário ou social*: aquele que promove mudanças reúne recursos e constrói em benefício da comunidade, é voluntariado; e trabalha com terceiro setor.

2.4.2. EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Como já fora citado anteriormente o empreendedorismo é envolvido por pessoas que desenvolvem suas capacidades para o alcance de objetivos individuais e coletivos, utilizando-se de artifícios, como sensibilidade e criatividade que permitem identificar oportunidades, transformando idéias em estratégias diferenciadas que possibilitem um processo de contínua exploração e aprendizado, proporcionando assim melhoria para o mercado e a sociedade como um todo.

Sabendo-se então que a palavra “empreendedor” não se limita à área de negócios, encontrando-se também como agentes de transformação no setor social, tem-se como idéia principal ao que chamamos de *Empreendedorismo Social*, que resumidamente, é detectado em empreendedores extremamente visionários e que pensam sempre em inspirar a sociedade com as suas idéias e como colocá-las em prática através de grandes empresas e instituições compromissadas com causas sociais, que enfatizam no ambiente organizacional as questões sociais.

Partindo-se desse pressuposto, pode conceituar de acordo com Neto e Fróes (2002, p. 9 *apud* Estrovispv e Ramos, 2008) empreendedor social como:

um tipo especial de líder- suas ideais e inovação não são incorporadas aos produtos e serviços a serem produzidos e prestados. Mas, sobretudo, são adicionadas à metodologia utilizada na busca de soluções para os problemas sociais, objetivo das ações de empreendedorismo. [...] são pessoas que trazem aos problemas sociais a mesma imaginação que os empreendedores do mundo dos negócios trazem a criação de riquezas. [...] tem idéias ao identificarem oportunidades.

Segundo Luppi (2007), o Empreendedorismo Social possui pontos comuns e diferenciados em relação ao empreendedorismo empresarial. Em seu artigo ela ressalta que:

- O Empreendedorismo Empresarial, é individual, produz bens e serviços, tem o foco no mercado, sua medida de desempenho é o lucro e visa satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio.
- O Empreendedorismo Social é coletivo, produz bens e serviços à comunidade, tem foco na busca de soluções para os problemas sociais, sua medida de desempenho é o impacto social e visa respeitar pessoas da situação de risco social e a promovê-las.

Muitos autores difundem esta idéia ressaltando que o social não é gasto nem um custo, e sim investimento. Esta concepção se dá ao fato de que seu principal objetivo baseia-se no acúmulo de resultados sociais significativos, que gerem qualidade de vida para as pessoas, preservando a riqueza da vida humana para que estes vivam sem desigualdades, ou seja, em um mundo melhor. Para eles, a riqueza é apenas um meio para um determinado fim. Batista (2005, p.1) aborda bem essa questão quando expõe em seu artigo que, “o empreendedor social subordina o econômico ao humano, o individual ao coletivo e carrega consigo um grande ‘sonho de transformação da realidade atual’.”

2.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

No contexto do Empreendedorismo social, surge um tema altamente inovador e recentemente adotado no meio empresarial, ao qual chamamos de *Responsabilidade Social*.

Segundo o Instituto Ethos (2007, *apud* CARVALHO *et al* 2007, p.12)

A Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governos e meio ambiente) e conseguir

incorporá-los nos planejamentos de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A idéia de responsabilidade social incorporada aos negócios é relativamente recente, mas devido às empresas construírem relações intrínsecas em função da capacidade criativa, dos recursos financeiros e humanos disponíveis, a responsabilidade social vem ganhando cada vez mais um importante espaço no comportamento das organizações, exercendo impactos nos objetivos, estratégias e no próprio significado da empresa, que se encontram forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações.

De acordo com Melo Neto e Froes (2001 apud ALTIMEYER, 2004), a responsabilidade social possui duas vertentes: os projetos sociais e ações comunitárias: realizadas através de outras entidades, que recebem repasse de recursos, realizada através e ação (doações ou apoio) indireta sobre a comunidade, a gestão é submetida por terceiros.

Ashley (2003) percebe Responsabilidade Social, como uma aliança que uma organização deve ter para com a comunidade, expresso por meio de atitudes que permitam uma postura proativa e coerente por parte da empresa em relação ao seu papel específico na comunidade. Já para Oliveira (1984), a Responsabilidade Social é identificada quando a mesma recebe contribuições da empresa para com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos. E, para Carroll (1979 apud Pedreira e Souza, 2008) a responsabilidade social pode ser subdividida em quatro tipos conforme a Figura 2.



Figura 2: Pirâmide da responsabilidade social

Fonte: Carrol (1979)

Ainda em relação aos tipos, o quadro abaixo explica resumidamente a função de cada uma no campo da Responsabilidade Social.

Tipos	Funções
Responsabilidade Econômica	Considerada o principal tipo percebido nas empresas, por este fator encontra-se na base. Ocorre a produção de bens e serviços para a sociedade, com um valor assegurado das atividades da empresa, que satisfaça a lucratividade
Responsabilidade Legal	Estipula o que a sociedade julga importante nas ações de uma empresa que alcança metas econômicas em uma estrutura com exigências legais.
Responsabilidade Ética	Envolve o comportamento que a sociedade espera das empresas, mas que não são

	necessariamente explicitados na lei e podem não servir aos interesses econômicos diretos da empresa.
Responsabilidade Discricionária ou Filantrópica	É voluntária e orientada pelo desejo da empresa em contribuir com a sociedade não sendo determinado pela economia, pela lei ou pela ética. Envolve programas sociais que diminuem as desigualdades sociais

Quadro 2: Funções de cada tipo de Responsabilidade Social

Assumindo o papel de uma estratégia empreendedora, a Responsabilidade Social é quem delimitará a existência de uma empresa no mercado, pois inclui-se nas atividades empresariais como um instrumento sócio-econômico que avaliará se estas organizações estão executando um trabalho de cunho produtivo e útil para a sociedade, transformando-a em competitiva, autêntica, transparente, humana e ética.

Acreditando-se que a responsabilidade social da empresa está intimamente ligada à visão de ética que seus administradores possuem, tem-se que é através da ética, que se encontra uma maneira de acionar os valores morais na tomada de decisões. Ou seja, a ética, que assimilamos como a maneira de expor nossos valores e o exercício da responsabilidade social da empresa, andam de mãos dadas.

As empresas estão cada vez mais engajadas nos investimentos sociais, essa evolução vem acompanhando o avanço do terceiro setor (constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público). Esses investimentos apresentam-se como uma alternativa competitiva em relação a outras que não adotam da mesma estratégia, a sociedade, é quem acaba lucrando com o financiamento que gerando aspectos rentáveis para o meio ambiente, educação, emprego e saúde, entre outros presentes na sociedade.

Dezorzi (2008), em seu artigo sobre responsabilidade social empresarial, aborda que uma gestão socialmente orientada possui as seguintes diretrizes:

1. Construir relacionamentos éticos e transparentes com todos os públicos;
2. estabelecer metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável;
3. preservar os recursos ambientais e culturais para as gerações futuras;
4. respeitar a diversidade;
5. promover ações concretas e duradouras para eliminar ou minimizar as desigualdades sociais.

Na prática da responsabilidade social nos mínimos atos de nosso cotidiano, a esfera privada e pública, ainda incorpora atos inconseqüentes por ignorarem a razão e os impactos sociais sobre nós mesmos e sobre os outros. A implantação de programas através de parcerias significa uma mudança de mentalidade e/ou cultura, fazendo com que gestores, colaboradores e todos demais envolvidos na rede de relacionamentos da empresa acreditem e internalizem a responsabilidade social como a única maneira de realizar negócios e atingir seus resultados, de forma sustentável.

Para tanto a criação de projetos na comunidade alinhados com as instituições e organizações que promovam desenvolvimento social, são observados como *sustentáveis*, pois tornam os projetos autônomos e capazes de criar redes de propagação das experiências conquistadas.

Tem-se então uma sucinta idéia de que Sustentabilidade é o desenvolvimento de ações, para o meio-ambiente e a sociedade, capazes de satisfazer as necessidades do meio social sem prejudicar as oportunidades das gerações futuras.

Alguns exemplos de projetos responsavelmente sustentáveis são: a Reciclagem de Papel, a Educação, Hortas orgânicas, entre outros que contribuem para a preservação e crescimento socialmente positivo do ambiente que fora beneficiado.

Considerando alguns dos exemplos citados, destacamos o que se destina aos projetos da área da Educação, pois estão ligados diretamente com o tema proposto para nossa pesquisa “Empreendimento na área do ensino social: Curso pioneiro de LIBRAS para a comunidade ouvinte”. O propósito deste novo projeto está direcionado particularmente a educação do público adulto (ouvintes) para o aprendizado de LIBRAS, que beneficie os

funcionários das empresas e instituições parceiras, assim como os membros da comunidade em geral.

Nos tópicos que seguem, ressaltaremos as bases teóricas que fundamentam o movimento da inclusão social e educacional das pessoas com necessidades especiais, em particular os surdos, mostrando a necessidade do ensino de LIBRAS para pessoas ouvintes, como forma de tornar acessível à comunicação com as pessoas surdas e, conseqüentemente, sua inclusão na sociedade.

2.6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo movimento mundial em prol da inclusão de Todos, mas especificamente dos grupos vulneráveis que historicamente foram excluídos do acesso igualitário aos direitos assegurados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, (1948), dentre eles o direito à educação, proclamado no Art. 26. Com efeito, foi nesse contexto que a luta pela inclusão escolar e social de todos os cidadãos, independente de sua raça, cor, classe social, diferenças, inclusive as lingüísticas nasceu como possibilidade de combater a exclusão e, ao mesmo tempo, responder às especificidades educacionais dos mesmos.

Há uma inter-relação entre o movimento da inclusão escolar e a busca de uma *sociedade para todos*, diz Werneck (1997). Este movimento, liderado por organismos internacionais, governos, organizações não-governamentais, grupos e categorias sociais mais ou menos organizados, deve ser entendido no contexto das relações sociais, políticas e econômicas, pois traduz uma ideologia dominante, o neoliberalismo, ocasionada pelo processo de globalização. Com efeito, ao mesmo tempo em que divulga uma sociedade para todos, a globalização gera um processo de desigualdade, na medida em que define os modos de participação social disponíveis para os sujeitos. Nesse contexto, a idéia de inclusão social diz respeito às formas de participação de indivíduos e grupos nos espaços político, econômico e cultural. Já o conceito de inclusão escolar, que se deriva da inclusão social, é entendida como um processo mais abrangente de socialização e exercício da cidadania.

A posição favorável à inclusão, se sustenta nos documentos internacionais e nacionais para implementar a política de educação inclusiva. No âmbito mundial, foi deliberado em conferências, dentre elas:

- a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), realizada em Jomtien, Tailândia, que destacou a necessidade de se adotar medidas enérgicas para prover *educação para todos*, sem distinção de qualquer;
- a Conferência Mundial de Salamanca (1994), realizada em Salamanca/Espanha, que lançou o princípio da educação inclusiva e conclamou governos a responder às chamadas necessidades educativas especiais de todas as crianças, mas principalmente das que são mais vulneráveis e carentes;
- a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), que aconteceu na Guatemala e reafirmou “que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da
- igualdade que são inerentes a todo ser humano” (BRASIL, 2006, p.17).

O Brasil, ao aderir às metas destas Conferências Internacionais, comprometeu-se a não medir esforços no sentido de disseminar a política de educação inclusiva e, assim, construir um sistema educacional fundamentado no princípio da inclusão. A posição favorável do governo brasileiro se sustenta em um conjunto de documentos legais e normativos, como: a Constituição –1988; o Plano Decenal de Educação Para Todos –1993; o Estatuto da Criança e do Adolescente –1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/ Lei 9.394/96; o Decreto Federal nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispondo sobre a Política Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência; Lei da Acessibilidade N.º 10.098 /1994 (Anexo F); Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares- 1999; as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica-2001; Lei nº 10432, de 2002, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão e expressão das

comunidades surdas do Brasil, e do Decreto Presidencial nº 5626, de 2005 (Anexo E), regulamenta esta última; entre outros. Verificamos, assim, que no contexto nacional,

as políticas públicas posicionaram-se favoráveis à inclusão, envidando esforços para possibilitar o ingresso de todos à escola regular e instituindo critérios para que isso acontecesse como reza a própria LDB (Lei9394/1996), em seu capítulo V, artigo 58, que prevê serviço de apoio especializado e professores especializados ou capacitados para atender aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (DORZIAT; LIMA; ARAÚJO, 2006,p.3).

Quando nos referimos ao grupo de pessoas que têm algum tipo de deficiência, é importante ressaltar, inicialmente, que Organização Mundial de Saúde estima que aproximadamente 10% da população possui alguma deficiência. E no Brasil, os dados populacionais coletados pelo IBGE/2000, usando um conceito amplo de deficiência, revelam que 24.600.256 de pessoas (14,4%) com alguma dificuldade de ouvir, enxergar, locomover-se ou deficiência mental. Em relação ao número de pessoas com problemas relacionados à surdez identifica que tem mais de 5.750.809. Já os dados do Censo Escolar/2005 registraram a matrícula de 66.261 alunos surdos ou com deficiência auditiva na Educação Básica e os dados do Censo da Educação Superior/2004 registraram a matrícula de apenas 974 alunos com deficiência auditiva, numa clara demonstração de que a exclusão escolar é o indicador da realidade vivenciada pelos surdos de nosso País.

Estudiosos da área da surdez nos mostram a importância de conhecermos de forma mais profunda a educação das pessoas surdas, nos reportando não só a questões referentes aos seus limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. Segundo Gianini e Passeggi (2007), desde os seus primórdios, a educação de surdos, baseou-se em uma concepção clínico patológica que parte do princípio de que a pessoa com surdez – o deficiente auditivo – é portadora de uma patologia (a perda auditiva), que precisa ser curada ou compensada, a fim de que possa alcançar um padrão de normalidade (dos ouvintes e falantes), por meio de recursos eletrônicos, treinamentos de audição e fala. Essa visão tinha como fundamento a abordagem Oralista¹, que prevê a

¹ Foi o ano de 1880, no Congresso de Milão, que se discutiu sobre o método a ser utilizado na educação de surdos, se oral ou gestual. Os congressistas presentes votaram em favor do Oralismo como único meio de ensino para surdos e proibiram oficialmente o uso da Língua de Sinais nas escolas. Os institutos educativos foram transformados em clínicas, as estratégias pedagógicas foram substituídas por estratégias terapêuticas e

superioridade da língua oral (majoritária) sobre a língua de sinais, e a toma (língua oral) como a língua veiculadora de todo processo ensino-aprendizagem dos surdos, visando alcançar o objetivo maior da Educação Especial, que era a integração social dessas pessoas. A tônica educacional era, e ainda é, a inclusão em escolas regulares, não sendo aconselhado o uso da língua de sinais, nem o convívio com outras pessoas surdas por não serem modelos de normalidade adequados.

Por volta dos anos de 1980, ganha força, mundialmente, a concepção sociocultural de pessoa surda. Esta visão, alicerçada no Bilingüismo, considera o surdo uma pessoa lingüística e culturalmente diferente – e não deficiente –, por apreender o mundo essencialmente pela experiência visual, tendo como elemento principal de identidade a Língua de Sinais. Baseada nessa visão,

[...] a escola específica para surdos passa a ser o *locus* para o processo educacional dos surdos por: permitir a interação entre surdos adultos e crianças, essencial para a aquisição natural da língua de sinais e para a construção de uma identidade íntegra de pessoa surda; por respeitar a língua de sinais como a língua instrucional para toda a aprendizagem escolar; por propiciar a aprendizagem da língua portuguesa como uma segunda língua, que deve ser ensinada a partir de princípios teórico-metodológicos próprios; e por viabilizar um currículo baseado, essencialmente, em experiências visuais (GIANINI; PASSEGGI, 2007, p.281).

Tal concepção de pessoa surda está retratada no Decreto nº 5.626/2005, Capítulo I, Art. 2º, que diz: “[...] considera-se a pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais- Libras”.

Assim, na atualidade é preciso fazer uma leitura atenta das políticas públicas de inclusão por ser uma temática complexa porque envolve mais do que assegurar o ingresso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais. Como alertam Souza e Góes (1999), é necessário incluir a discussão sobre a escola pública brasileira, pois embora a idéia de *escola para todos* pareça ser concretizada com a abertura de suas portas

os professores surdos foram excluídos das escolas. E, somente na década de 1980, surge a Comunicação Total, que defendia o uso de toda e qualquer forma de comunicação para se comunicar com a criança surda (SÁ, 2002).

para receber os excluídos, ela mantém as mesmas e precárias condições oferecidas aos que já estavam supostamente incluídos.

Em relação às pessoas surdas, público-alvo da nossa pesquisa, é crucial o entendimento do que significa no processo pedagógico como um todo, e no contexto da sociedade inclusiva, possuir particularidades diferentes no tocante ao desenvolvimento de formas de organização em torno das capacidades visuais-gestuais para apreender o mundo, cujo elemento principal identidade é a Língua de Sinais. Este aspecto é reconhecido na Declaração de Salamanca (1994), que conforme destacamos é um dos grandes documentos norteadores da educação inclusiva mundial, quando é afirmado no item 19:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de sinais.

2.6.1. LIBRAS: LÍNGUA DAS COMUNIDADES SURDAS DO BRASIL

De modo geral, os membros das minorias lingüísticas se tornam indivíduos por estarem inseridos em comunidades lingüísticas que utilizam línguas distintas. E os surdos, em todos os países, são minorias lingüísticas como outras, mas não devido à imigração ou à etnia, já que a maioria nasce de famílias que falam a língua oficial da comunidade maior, a qual também pertencem por etnia. Segundo Felipe (2001, p.96):

eles são minoria lingüística por se organizarem em associações onde o fator principal de integração é a utilização de uma língua gestual-visual por todos os associados. Sua integração está no fato de terem um espaço onde não há repressão de sua condição desfavorável, podendo expressarem-se de maneira que mais lhes satisfazem para manterem entre si uma situação prazerosa no ato de comunicação.

A lingüista surda Carol Padden (1989, *apud* Felipe, 2001) define uma comunidade surda como um sistema social geral, no qual pessoas vivem juntas, compartilham metas

comuns e partilha, certas responsabilidades umas com as outras. Ou seja, uma comunidade surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar metas, podendo, assim, ter também ouvintes e surdos que não são culturalmente surdos. Entretanto, diz a pesquisadora surda, ser uma pessoa surda não equivale a dizer que esta faça parte de uma Comunidade Surda, porque sendo a maioria dos surdos, 95%, filhos de pais ouvintes, muitos destes não aprendem a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e não conhecem as Associações de Surdos, que são as Comunidades Surdas, podendo tornarem-se somente pessoas portadoras de deficiência auditiva. Ela esclarece ainda que as pessoas surdas, que estão politicamente atuando para terem seus direitos de cidadania e lingüísticos respeitados, fazem uma distinção entre “ser Surdo” e ser “deficiente auditivo”.

Ser Surdo é saber que pode falar com mãos e aprender uma língua oral-auditiva através dessa, é conviver com pessoas que, em um universo de barulhos, deparam-se com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso faz com que eles sejam diferentes e não necessariamente deficientes. E, **Ser “deficiente auditivo”**, terminologia que não foi escolhida por elas para se denominarem, estigmatiza a pessoa porque mostra sempre pelo que ela não tem, em relação às outras e, não, o que ela pode ter de diferente e, por isso, acrescentar às outras pessoas.

Assim, a diferença está no modo de apreender o mundo, que gera valores comportamento comum compartilhado e tradições sócio-interativas.

No Brasil, encontramos pessoas surdas em todos os estados e muitas destas pessoas vêm se organizando em associações pelo país que são as “comunidades surdas brasileiras”. Essas apresentam diferenças regionais em relação a hábito alimentar, vestuários e situação sócio-econômica, entre outros, gerando também variações lingüísticas regionais. Conforme Felipe (2001, p. 63)

As comunidades urbanas Surdas no Brasil têm como fatores principais de integração a LIBRAS, os esportes e interações sociais, por isso têm uma organização hierárquica constituída por: uma Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS); seis Federações Despostivas e, aproximadamente, 58 associações/clubes/sociedades/congregações, em várias capitais e cidades do interior. As associações de surdos, como todas as associações, possuem estatutos que estabelecem os ciclos d eleições, quando os associados se articulam em chapas para poderem concorrer a uma gestão de dois anos, geralmente.

Também podem participar dessas comunidades, pessoas ouvintes que fazem trabalhos de assistência social ou religiosa, ou são intérpretes, ou são familiares, pais de surdos ou cônjuges, ou ainda professores que participam ativamente em questões políticas e educacionais e por isso estão sempre nas comunidades, tornando-se membros. Os ouvintes que são filhos de surdos, muitas vezes participam dessas comunidades desde criancinhas, o que propicia um domínio da LIBRAS, como de primeira língua, tornando-se, muitas vezes, intérpretes: primeiro para os próprios pais, depois para a comunidade.

Os surdos, que são membros das associações, estão sempre interagindo com outras associações de outros estados ou cidade, como também com as Federações, a Confederação e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma Entidade não governamental, fundada em 1987, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social/ CNAS e não está subordinada à CBDS, sendo filiada a World Federation of The Deaf. Sua sede é no Rio de Janeiro, mas já possui três regionais: Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo. Hoje, a FENEIS, com 100 entidades filiais, atua como um órgão de integração dos surdos na sociedade, através de convênios com empresas e instituições que empregam surdos, bem como tem promovido e participado de debates, seminários, câmaras técnicas, congressos nacionais e internacionais em defesa dos direitos dos surdos em relação à sua língua, à educação, a intérpretes em escolas e estabelecimentos públicos, a programas de televisão legendados, assistência social, jurídica e trabalhista (FELIPE, 2001)

Ressaltamos anteriormente, que a LIBRAS é a língua natural das comunidades surdas do Brasil e um dos fatores principais de integração das pessoas surdas. É uma língua visual-gestual que utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; enquanto a Língua Portuguesa se diferencia por ser uma língua de modalidade oral-auditiva que utiliza como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos (FELIPE, 2001).

Mas, é importante registrar aqui que o reconhecimento das Línguas de Sinais como língua só aconteceu na década de 1960, com as pesquisas realizadas pelo lingüista William Stokoe. Antes, porém, havia em torno de delas, uma série de mitos como nos mostram Quadros e Karnopp (2004): eram consideradas um conjunto de gestos mímicos universal, empobrecido lexical e gramaticalmente, oriundos da comunicação gestual espontânea, sem

a possibilidade de comunicar conceitos abstratos; em função de seu aspecto viso-espacial, as línguas de sinais tinham uma organização neurológica diferente das línguas orais. Esses foram um dos motivos que levaram a língua de sinais a um alijamento dos processos educacionais com surdos.

No contexto brasileiro, ela ressurgiu nos espaços educacionais e sociais a partir da década de 1990, mas, ainda, encontra resistências e entraves para a sua aceitação e uso. Como vimos, o reconhecimento LIBRAS é muito recente, fato evidenciado pela sua admissão nas atuais políticas de educação inclusiva e assegurado e oficializado através: da Lei nº 10.098 de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei nº 10432, de 2002, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação e expressão e expressão das comunidades surdas do Brasil, e do Decreto Presidencial nº 5626, de 2005, regulamenta esta última.

Encontramos na Lei Nº 10.098/2000, no Capítulo VII, Art. 17, que versa sobre a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, a seguinte determinação:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Já o Decreto 5626/2005, Capítulo II, Art. 3º que trata da inclusão da LIBRAS como componente curricular, estabelece que:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Neste mesmo Artigo, no 2º parágrafo determina que “A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto”.

Diante do exposto, reconhecemos a importância legal de assegurar a propagação da Libras para que a população ouvinte tenha acesso ao aprendizado da mesma e possam utilizá-la na comunicação com a pessoa surda em vários ambientes e contextos da sociedade. Por isso, concordamos com as palavras de Marilene Ribeiro Santos, Secretária de Educação Especial -(MEC/SEESP), (*apud* Felipe, 2001) quando diz que é possível superar a distância que se produziu historicamente entre o surdo e o mundo, sem fazer com que seu domínio lingüístico- cultural se torne um mundo à parte. Mas para isso, é preciso criar um movimento dialógico que envolva toda a comunidade escolar e que seja base para a sua efetiva inclusão social.

2.6.2. ACESSIBILIDADE À LIBRAS: UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Superar a distância que a humanidade historicamente produziu entre as pessoas surdas e o mundo é um dever da sociedade que deverá assegurar, através das instituições públicas e privadas, o direito ao uso e interpretação em LIBRAS com vistas á favorecer a inclusão educacional e social desses sujeitos. A garantia desse direito está expreso no Decreto 5626/2005, Capítulo VIII, que trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da LIBRAS através das seguintes determinações:

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto no 5.296, de 2004.

§ 1o As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2o O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no caput.

No contexto da sociedade inclusiva, nos reportamos ao conceito de Responsabilidade Social como ela está sendo concebida hoje: como um compromisso das instituições (públicas e privadas) com relação à sociedade e da humanidade em geral. Assim, Responsabilidade Social é entendida como o compromisso que uma empresa tem com o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral. Com efeito, Ela não é uma atividade separada do negócio da empresa. É a nova forma de gestão empresarial, onde existe um compromisso da empresa em relação à sociedade em geral. E, para uma empresa ter sucesso, para conquistar e ampliar mercado, para ter competitividade, a prática da responsabilidade social e a prestação de contas de seu desempenho é indispensável.

Considerando tais pressupostos, reafirmamos a necessidade premente de capacitação de servidores, funcionários e empregados das empresas/instituições para o uso e interpretação da LIBRAS a fim de promover o atendimento diferenciado para esses clientes/público alvo. Em consonância com as determinações legais, muitas são as iniciativas governamentais e não-governamentais para propagação da LIBRAS com o objetivo de tornar acessível o uso e difusão desta língua às pessoas ouvintes e que vêm acontecendo através dos meios de comunicação, e materiais produzidos pelo MEC/SEESP e pela FENEIS e associações de surdos de todo o Brasil, que vêm na Língua de Sinais um passaporte para a sua inclusão na sociedade. Um dos materiais produzidos destaca-se a *Libras em Contexto: curso básico*², lançado pelo Ministério da Educação/ MEC e Secretaria de Educação Especial/ SEESP em 2001, que é composto por dois livros (livro do professor/instrutor e livro do estudante /cursista) duas fitas do instrutor e um fita do estudante. Este material foi produzido pelo MEC/SSESP, em parceria com a Federação FENEIS e apresenta um curso básico de Língua de Brasileira de Sinais, direcionado a viabilizar a formação continuada de professores e a difundir esta língua (FELIPE, 2001).

O ensino dessa língua deve ser ministrado por surdos, instrutores³ de LIBRAS, porque ele é usuário fluente da língua, pertence à comunidade e detém a cultura surda. No

² Este material foi produzido pelo MEC/SSESP, em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e apresenta um curso básico de Língua de Brasileira de Sinais, direcionado a viabilizar a formação continuada de professores e a difundir esta língua (FELIPE, 2001).

³ O instrutor é aquele surdo sinalizador que realizou alguma capacitação para ensinar LIBRAS, seja na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e/ou seja, junto ao Ministério da

entanto, é preciso esclarecer, que embora essas competências do surdo adulto sejam necessárias para ensinar LIBRAS, elas ainda não são suficientes. É indispensável que esse surdo instrutor, tenha simultaneamente, além do domínio da língua, habilidades para atuar como um professor, ou seja, saiba ensinar (PEDROSO, 2001).

As iniciativas de cursos de LIBRAS que expressam as reivindicações do povo surdo brasileiro, tendo como meta sua inclusão social, são inúmeras e vêm sendo promovidas, principalmente, por Associações de Surdos de todo o país em parceria com empresas, escolas, universidades e outras instituições. Dentre essas iniciativas, destacamos no contexto regional o Curso da Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG), foco da presente trabalho monográfico, e que a nosso ver é um empreendimento social com vistas a disseminar a LIBRAS na sociedade campinense e adjacências. Este será abordado no capítulo que segue.

CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Abordagem de Pesquisa

A pesquisa desenvolveu-se sob a forma de perspectiva qualitativa. Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa investiga o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, que correspondem à profundidade das relações, dos processos e dos fenômenos. Pode-se para tanto deduzir que os pesquisadores que se embasam nesse paradigma tentam compreender “as raízes dos significados, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico.” (TRIVINOS, 1987, p.130).

Sendo assim, é possível afirmar que a escolha por essa abordagem deveu-se à necessidade de vincular um novo projeto de curso de LIBRAS para ouvintes, à demanda da sociedade, com o intuito de promover a acessibilidade à comunicação entre surdos e ouvintes. Delimitando-se, principalmente, às questões do mercado de trabalho para as pessoas com necessidades especiais na região de Campina Grande – PB e o compromisso das Organizações estimuladas pela Responsabilidade Social.

No presente estudo, foi privilegiada a participação dos instrutores de LIBRAS, seja no momento das observações durante os encontros, seja no momento da realização de entrevista (APÊNDICE 2, Roteiro de Entrevista)

, no intuito de obtermos uma compreensão enriquecida do fenômeno social que fora pesquisado.

Assim, buscou-se conhecer o fenômeno empreendedor, relacionando-o a fatores sociais (Responsabilidade Social) e descrevê-lo, a fim de apreender em sua complexidade as concepções e práticas da difusão da Língua de Sinais no âmbito Organizacional estabelecendo a comunicação entre os surdos e ouvintes, na tentativa de formar uma sociedade inclusiva.

De acordo Oliveira (2007) esta situação se configura na modalidade de pesquisa identificada como, Pesquisa Participativa: que [...] exige um compromisso com a população da comunidade em que se realiza o estudo. Em regra geral essa modalidade de pesquisa é

realizada em comunidades carentes ou com grupos desfavorecidos, como operários, índios e camponeses, entre outros. (TRIVINOS, 1987, p.75)

3.2. Características do Contexto da Pesquisa

O trabalho de pesquisa realizou-se na cidade de Campina Grande, Paraíba, na Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG) localizada nas dependências da Escola de Áudio Comunicação de Campina Grande (EDAC), situada na Rua Professora Eutícia Vital Ribeiro, s/n, no Bairro do Catolé.

A ASCG é uma Entidade sem fins lucrativos, pois está em conformidade com as determinações da FENEIS segundo dados retirados da página (<http://www.feneis.com.br>), quando diz que: “Associação é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e idéias comuns, sem finalidade lucrativa.”

A idéia de criação da ASCG surgiu através de encontros informais de alguns surdos no ano de 1994, no pátio da EDAC, que sentiram a necessidade e importância de uma associação de surdos no município. No dia 09 de junho de 1995, foi realizada uma reunião, que contou com a participação de vários surdos convidados, no auditório da EDAC. Nesta reunião, foi fundada a ASCG e eleita a sua primeira gestão.

O objetivo principal da ASCG é lutar pelo respeito do cidadão surdo, com a sua língua e cultura. E para que isto aconteça é preciso, entre outras coisas, que ouvintes aprendam a LIBRAS, para que os surdos tenham maior acessibilidade aos bens sociais. Para isso, promove cursos desde o ano de 2006 para comunidade de Campina Grande e cidades circunvizinhas.

O critério adotado para a escolha da referida Associação se deu ao fato dela desenvolver um empreendimento pioneiro destinado ao ensino da LIBRAS em Campina Grande, objetivando a utilização do conhecimento desta língua como uma estratégia diferencial por parte das Organizações e Instituições que a adotarem, despertando assim, para a sua importância e necessidade. Esse comprometimento com a sociedade, através da

Responsabilidade Social, despertará para uma maior conscientização sobre a igualdade de direitos entre as pessoas surdas e as ditas normais.

3.3. Participantes da Pesquisa

Participaram desta pesquisa um Grupo de Instrutores composto, atualmente, por 8 (oito) associados, sendo 5 (cinco) instrutores e 1 (uma) intérprete.

Esses instrutores possuem formação acadêmica em nível médio e experiência profissional no ensino de LIBRAS, através de um curso de capacitação realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pertencente a um projeto de extensão que fora desenvolvido por professoras da Habilitação em Educação de Surdos, do curso de Licenciatura de Pedagogia (Unidade Acadêmica de Educação - UAED).

A intérprete possui curso de graduação e experiência profissional na área de interpretação da LIBRAS, além de ter participado também do referido curso de capacitação. Ainda sobre a formação profissional é importante ressaltar que dois destes cinco instrutores e duas intérpretes foram recentemente aprovados no PRÓLIBRAS (Exame de Certificação em Proficiência no Ensino e Interpretação da Libras).

3.4. Instrumentos de Coleta de Dados

A obtenção dos dados foi realizada em dois momentos. Inicialmente, foram mantidos contatos com a ASCG, através de encontros que permitiram captar uma visão do conhecimento prévio que o grupo possuía acerca do tema, visando formar a base que nos permitiria a elaboração de um projeto, em seguida abordamos alguns conceitos chave sobre Administração, Empreendedorismo e Responsabilidade Social em uma aula expositiva, onde interagimos com estes, no aprofundamento da realidade pertinente. Complementando a busca de informações, contactamos o SEBRAE, com o intuito de socializar o conhecimento em questão e diagnosticar a atual situação do curso.

Diante do exposto, é possível identificar elementos da técnica da observação participante artificial que, segundo Oliveira (2007), ocorre quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de fazer a pesquisa.

Após esse período, a outra técnica foi escolhida e utilizada para a obtenção dos dados, entrevista semi-estruturada na qual, conforme Oliveira (2007, p.86), utiliza-se “o mesmo padrão (itens) para cada pessoa ou grupo que se pretende entrevistar. Faz-se necessário solicitar ao entrevistado (a) ou ao grupo a permissão para gravar a entrevista.”

Nela objetivou-se conhecer, através do depoimento da instrutora da Associação, a percepção da idealizadora do curso, como ela via a criação do Curso de Libras para a comunidade ouvinte de Campina Grande e adjacências para disseminar a Língua de Sinais. Nesta etapa foi entrevistada a idealizadora e ex-coordenadora e umas das atuais instrutoras. Em todos esses momentos, contou-se com a colaboração da interprete, que desempenhou o papel de tradutora nos nossos encontros. Optamos por preservar a identificação dos participantes, por isso foram utilizados nomes fictícios iniciados com a letra **S** quando se referir aos surdos e a letra **I** para a intérprete.

3.5. Organização e análise dos dados

De posse de todos os dados, foram estabelecidos os seguintes procedimentos: 1) ordenamos os dados obtidos foram ordenados, diagnosticando a situação do Curso, tendo acesso aos relatórios, projetos e apostilas (Anexo C) utilizadas; 2 a partir deste momento, foi possível a organizar o material coletado nas observações e nas entrevistas semi-estruturadas, efetuando a transcrição de fitas, registrando na íntegra os depoimentos dos entrevistados; e 3) por fim, foram analisados os dados obtidos, a fim de desvelar a trajetória do curso e dos participantes, desenvolvendo, a partir dessa experiência, um projeto mais aprofundando na ampliação destinada principalmente as instituições públicas e privadas que assumam o compromisso de acessibilidade à Língua de Sinais, conforme reza a legislação brasileira.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem por finalidade apresentar e analisar os dados coletados na pesquisa de campo, a partir das observações realizadas nos encontros, das informações encontradas nas entrevistas semi estruturadas e suas respectivas transcrições, no período de setembro a dezembro de 2008. Os depoimentos colhidos nas entrevistas foram categorizados tendo por base os aspectos direcionados ao Curso de LIBRAS, como o seu histórico, objetivos, missão, visão e custos básicos, além da opinião dos instrutores a respeito do que anseiam para o futuro do curso.

4.1. Encontros com a Comunidade Surda da ASCG

A idéia de abordar a temática Surdez no âmbito da Administração, em particular sobre a Responsabilidade Social, surgiu através do contato já existente com alguns surdos, professores e instrutores da EDAC e dos estudos realizados sobre o Empreendedorismo na área de Administração de Empresas, como já mencionado na introdução deste trabalho.

Com o intuito de conhecer melhor o curso oferecido pela ASCG com dois níveis, o Nível I e o Nível II, (que era inicialmente de responsabilidade da EDAC) optou-se por investigar como os mesmos eram administrados e abordados nos aspectos gerais da Administração (planejamento, organização, controle, interação do grupo, liderança, finanças, marketing) e por outro lado saber se as instituições atendiam as determinações básicas da legislação, tais como, a inclusão através da acessibilidade da LIBRAS, entre outros fatores que proporcionassem a difusão e sobrevivência do curso no mercado em que se encontra inserido, e conscientizassem as instituições e organizações para com a responsabilidade social com o público das pessoas com necessidades especiais.

A partir de então, foram promovidos encontros com os instrutores surdos da ASCG para maior conhecimento sobre o mesmo. O primeiro momento (17 de Setembro de 2008) foi destinado à apresentação da pesquisadora aos instrutores, “intermediado” pela intérprete de LIBRAS, que traduziu passo a passo o objetivo da nossa investigação para os instrutores presentes. Durante a conversa, surgiram dúvidas e questionamentos, sobre alguns conceitos da área de Administração:

- 1) O que é Administrar e o que faz um Administrador?
- 2) O que é empreendedorismo e quem é o empreendedor?
- 3) E o que esses conceitos tinham a ver com o ensino da LIBRAS e especificamente com o Curso da ASCG?

Para esclarecimento de tais questões, foi agendado um segundo encontro (03 de Outubro de 2008), onde ocorreu uma aula-expositiva sobre as dúvidas, entregando o material para os participantes. Ao término dessa exposição, a mesma obteve informações sobre o curso na ASCG, através do Presidente da ASCG, do Coordenador atual do Curso de LIBRAS e dos instrutores ministrantes. Além disso, durante aquela mesma semana, foi visitado o SEBRAE-PB, com o objetivo de conhecer quais as possibilidades e caminhos a serem seguidos para atingir o propósito de divulgar e encontrar parcerias para a oferta do curso de LIBRAS. O SEBRAE-PB aconselhou a orientar a ASCG no envio de um ofício, explicitando o seu interesse na oferta do curso, convidado para dialogar sobre a possibilidade de concretizar uma parceria, que no momento atual encontra-se em fase de negociação. Também na ocasião, o atual Coordenador, repassou o projeto (Anexo A) atual do curso, permitindo, através de uma análise minuciosa, a identificação de avanços e lacunas.

Posteriormente, foi agendado um terceiro encontro, no qual foi realizada uma entrevista com a precursora, ex-Coordenadora e atualmente uma das instrutoras do curso, em que a mesma repassou toda a idealização e informações sobre a história, desde a criação até os dias atuais, assim como o local de funcionamento, os componentes do grupo, as funções de cada um, os cursistas (clientela), os custos básicos, as apostilas, enfim a organização e funcionamento do curso como um todo.

Essas questões serão retratadas no tópico a seguir.

4.2. A trajetória do curso de LIBRAS sob o olhar da precursora

4.2.1 Histórico

A ASCG planejou o Curso de Libras, com o propósito de que as pessoas ouvintes aprendessem a Língua Brasileira de Sinais, promovendo assim maior acessibilidade aos

bens sociais. A idealizadora do curso tem 20 anos, possui o Ensino Médio e hoje está cursando Letras LIBRAS, na Universidade Federal de Santa Catarina, à distância. Trabalha como Professora de LIBRAS na EDAC e também na Associação, como instrutora. E segundo a mesma, seu nome na Língua de Sinais é assim descrito:

Meu sinal é a mão em forma de G na cabeça, na altura da testa descendo até a cintura.

E complementa, esclarecendo que a sua função no curso já foi de coordenadora-instrutora, e que hoje em dia só atua como instrutora. Enfatiza ter sido cursante de capacitação de instrutores de Libras realizado nos anos de 2004, 2005 e 2006 na UFCG, aprendendo a Gramática da língua de sinais e vários outros conhecimentos, referente a Língua de Sinais.

Pouco tempo depois, após o acúmulo de informações que obteve, deu-se conta que poderia ser multiplicadora desse conhecimento recém adquirido, e percebeu que muitos ouvintes dizendo que queriam aprender a Língua de Sinais e se perguntavam se existia algum curso que ensinasse a língua. Foi a partir desta iniciativa que surgiu o Curso de LIBRAS da ASCG.

Ao observar a grande demanda pela criação de um curso sobre a LIBRAS no Município de Campina Grande, Silvia (a idealizadora) sentou-se com Ivone e começaram a planejar e organizar um projeto para a oferta de um curso da Língua de Sinais, com o intuito de atender a essa demanda, composta por pessoas ouvintes. A instrutora assim falou:

Eu e Simone na Associação começamos a discutir. Chamamos Ivone, conversamos também com Paula pra ajudar a organizar o curso e aí eu já entrei como Coordenadora. Divulguei o curso, consegui várias pessoas e em 2006 começamos o Nível Básico. No período de 2007 já também com o Nível II. Quando o curso foi aumentando chamamos Sávio, Sabrina, Sophia e juntamente comigo, já eram 04 instrutores.

Após a organização das turmas, foi feita uma divulgação nos meios de comunicação (na rádio e Tv, panfletos) e assim o curso foi divulgado. Os números de

turmas iniciais apenas com o Nível I em 2006, foram divulgados 10 horários, mas no total ficaram apenas seis turmas, seis horários, contanto 95 ao todo e quatro instrutores e foi ministrado no Centro Cultural. A instrutora diz:

Eu ensinava a cinco turmas, dias diferentes e turmas diferentes, por exemplo, quarta, sexta e sábado. Em 2006, Eu estava com 05, Sophia com 01, eram 06 turmas em 2006 e 4 intérpretes. Em 2007, a gente começou divulgando 8 turmas, mas aí de acordo com o total de escritos, algumas turmas deixaram de existir. Então ficaram, quatro turmas minhas, Sabrina com 02, Sávio com 01, restando apenas sete turmas e 5 intérpretes.

Em 2007, já com o Nível II incluído formou-se um total de 85 alunos para 7 turmas. As intérpretes só permanecem no início do curso, em médias nas duas primeiras aulas, e depois já no final do curso, participando da revisão de provas.

4.2.2. Recursos

Sobre o material utilizado no curso, foram criadas pela própria idealizadora, duas apostilas que tomaram como base o curso de capacitação de instrutor realizado na UFCG, onde a mesma obteve várias informações. Depois ela pensou e também observou que outras pessoas que organizavam cursos, tinham apostilas a oferecer para os alunos. Percebeu também que esses cursos eram particulares e foi quando resolveu unir-se com a Associação de Surdos para validar o curso. Ela complementa dizendo que:

O Presidente da ASCG já falava que as pessoas queriam um curso de Língua de Sinais e assim foi feita à proposta, com o auxílio da intérprete, Ivone. Ai em casa organizei de forma muito simples e mostrei a Ivone, a partir daí a gente começou a organizar, depois a gente pediu o auxílio a Paula e também Paloma e... Assim a gente foi organizando. Mas, a autora da apostila sou eu, que fiz parceria com a Associação.

Outros recursos necessários como, cadeiras, mesa, retro projetor, quadro-negro, etc já eram disponibilizados gratuitamente no próprio espaço que era utilizado.

4.2.3. Custo

Procuramos nos aprofundar para além do que se encontrava exposto no Projeto sobre informações à cerca do custo. A idealizadora nos informou que durante o período de 2006 o valor da inscrição era 15 reais, a apostila 8 reais e a mensalidade 15 reais durante 5 meses. Em 2007, devido o Nível II, que conseqüentemente aumentou o material, o valor da inscrição ficou por 30 reais com a apostila e a mensalidade por 20 reais, com a duração total também de 5 meses.

Hoje, em 2008, o preço voltou ao mesmo valor de 2006, o valor da inscrição 15 reais, a apostila 8 reais e a mensalidade durante 5 meses de 15 reais.

Quanto ao espaço utilizado para a realização das aulas que o curso ministra, tem-se que os custos básicos com despesas como, água, luz, aluguel etc, eram todos gratuitos, já que as instituições que se sensibilizarem em oferecer objetivando não a questão econômica e sim o social.

4.2.4. Local

Quanto ao local utilizado, em 2006 e 2007 o espaço para a realização das aulas foi cedido pelo Centro Cultural e hoje, em 2008, o curso vem sendo ministrado no Museu Assis Chateaubriand, localizado no Parque Evaldo Cruz s/n em Campina Grande - PB. A idealizadora faz uma observação ressaltando que:

Pedi uma sala na EDAC pra poder dar o curso só que foi dado à resposta que não podia que não concordavam, porque era um órgão público. Então fui atrás de outro local, conseguimos no Centro Cultural, mas devido ao barulho, a gente entregou a sala e quando foi lá no Museu Assis Chateaubriand, eles pediram o projeto, a gente organizou o projeto entregou e conseguiu a sala lá.

Mas agora estamos discutindo com o coordenador outro lugar ou não.

Através de ofício à Associação, a idealizadora conversou sobre o curso e juntos entregaram o ofício pedindo a duração de 5 meses, pois além deste tempo tornava-se inviável ceder o lugar. Mesmo assim, tanto a Prefeitura de Campina Grande, quanto a UEPB se sensibilizaram e cederam o espaço, inicialmente o Centro Cultural, mas devido ao ambiente barulhento, entregaram a sala e atualmente estão ministrando o curso no Museu Assis Chateaubriand.

4.2.5. Público-alvo: os ouvintes

A idealizadora enxergou a criação do curso de LIBRAS para ouvintes, através de fatores que cada dia estava se tornando mais constantes, ou seja, ela observava que os surdos reclamavam muito da falta de comunicação em pequenas situações como, ir ao supermercado, comprar alguma coisa entre outras questões sobre a comunicação. Eles sentiam a necessidade de bater papo com os ouvintes e não conseguiam. Observou também, que alguns ouvintes queriam aprender a língua de sinais e que desejavam a criação de um curso que possibilitasse a comunicação com os surdos. Outra questão foi à regulamentação da Lei de LIBRAS (Anexo D) que tornou obrigatório o direito à acessibilidade das pessoas especiais no convívio social, exigindo que a sociedade ouvinte tomasse conhecimento desta língua como forma de difundir a LIBRAS em todas as áreas de uma sociedade.

Como mencionamos anteriormente, o curso que começou em 2006 tinha um total de 95 alunos ouvintes e a idealizadora percebeu que:

Havia o interesse do pessoal, pelo texto, pela pessoa do surdo, que não conhecia quem era o surdo e no início do curso traz isso. [...] E alguns tinham interesse pra aprender sinais logo de início, colocava que era nível básico e não um nível mais aprofundado. Ai comecei a ensinar os sinais e fazer contextualizações e o pessoal aprendendo os sinais, fazendo exercício, foram aprendendo e eu percebi o respeito pra mim no relacionamento, muito bom!

O curso de 2006 (com a presença de 95 alunos), teve duração de 5 meses e nesse tempo, todos puderam aprender noções básicas de LIBRAS o que facilitou a comunicação

com as pessoas surdas. E no curso desenvolvido em 2007 (com 85 alunos) e 2008, ampliaram seus conhecimentos a respeito da comunidade surda e a LIBRAS no contexto social. Ressaltando que recebem ao final do Nível I assim como do Nível II um certificado, comprovando que possuem noções sobre o conhecimento que fora lecionado.

Geralmente o público ao qual o curso se direciona são ouvintes adultos que por questões relacionadas a trabalho, família e até mesmo curiosidade da língua, matriculam-se no com intuito de obter no mínimo, conhecimento para saudações e casos de urgência. A instrutora-idealizadora exemplifica bem essas situações quando diz que:

Existe um conteúdo mais abrangente e um conteúdo que é mais específico; que diz que é pra todos terem as saudações: o bom dia, datilologia, boa tarde e um com as questões que precisam ser mais específicas. No início o conteúdo é igual pra todos... A história do surdo... Mas aí em algum momento pode ser necessária a organização mais específica do conteúdo de acordo com a área de trabalho ou necessidade que a turma apresenta.

Como resultado ela percebeu que o curso foi além do esperado, pois surgiu grande envolvimento e interesse dos alunos pela língua e pela comunicação surdo-ouvinte em outras situações da sociedade, assim como, os surdos chegaram para ela e expressaram a satisfação que estavam sentindo por conseguirem se comunicar mais com os ouvintes na sociedade.

4.2.6. Os ministrantes: o desafio da liderança e interação da equipe

A equipe do Curso inicialmente oferecia apenas o Nível I e era composta por 4 instrutores e 4 intérpretes, sendo uma das instrutoras a Coordenadora (Idealizadora) e apoiada pela Presidência da ASCG. Nesta época o curso foi bem desenvolvido, devido ao bom entrosamento da equipe, que estava animada com os resultados que vinham observando durante a realização do curso.

No segundo ano, com a criação do Nível II, a equipe ficou composta por 4 instrutores e 5 intérpretes. Nesta época começaram a surgir divergências entre a equipe que, foi se desestruturando por falta de compromisso de alguns dos instrutores. Podemos confirmar este fato, de acordo com a própria opinião da idealizadora que deixará o cargo de Coordenadora, passando para o instrutor e até então atual Coordenador Sávio. Segundo ela:

No começo era muito bom, depois de 2007 teve uma decaída. Ela Perguntava quais os instrutores que queriam fazer parte do curso, foram chamados, mais na reunião tinha muita divergência de opiniões, e não conseguiu... Pois suspeitavam do que eu tava fazendo; achavam que eu tava errada, pois, eu combinava pra fazer a Metodologia, mais parecia que eles não respeitavam até o que era discutido. A gente combinava pra fazer a Metodologia, preparar materiais mais chegavam atrasados. E só eu organizando, chamava os instrutores e eles não vinham, e quando vinham sempre tinha divergências. Alguns diziam: - Ah, é isso mesmo; outros diziam: - Não, não é isso não! É a gente tinha pontos em comum em muitas poucas coisas, não conseguia a união do grupo! E a partir disso aí eu resolvi entregar a coordenação. Porque assim eu sofria muito tentando essa união, mais a partir do momento que eu não consegui mudar essas suspeitas, eu entreguei a coordenação e teve a votação e passou... Eu queria passar 05 anos na coordenação, mais com dois anos diante de tudo isso resolvi entregar. E o novo coordenador foi Sávio.

Em 2008, percebe-se nitidamente as conseqüências da falta de união por parte dos instrutores, assim como a responsabilidade para com o Curso em si. Este fator vem afetando e pode ser um agravamento no momento em que as parcerias com as instituições e organizações forem feitas. Existe a ausência de reuniões para um adequado planejamento e a falta de organização em muitos aspectos. Falta de estímulo e motivação por parte de todos, alguns desistiram de participar do grupo devido à falta de compromisso, e falta de tempo, pois tinham outras atividades que consideravam mais importantes. Enfim o clima dentro da equipe caracterizava-se como totalmente desmotivador.

O atual Coordenador vem pensando e discutindo a possibilidade em repassar o cargo para a ex-coordenadora, já que a mesma como fundadora do curso, possui maior

conhecimento, interesse e idéias inovadoras para o desenvolvimento do mesmo. Ela destaca-se pelo empenho e criatividade adotada em suas decisões, desde o momento em que detectou a necessidade e criou um curso sobre a língua de sinais para a cidade de Campina Grande. A própria idealizadora destaca que:

Sávio veio conversar comigo pra voltar a ser coordenadora do curso. Porque ele quer que o curso continue avançando. Creio que se eu voltar pra coordenação acredito que o curso pode avançar mais, mas se não eu voltar, acho que vai ficar nesse avança – retrocede, avança – retrocede

A idealizadora, agora em 2009, está pensando numa possível volta a coordenação, mas antes esclarece que é necessária uma reunião para decidir as questões pendentes e montar um planejamento adequado que ajude a voltar unir o grupo e, que estimule a motivação da equipe para que curso continue sendo desenvolvido e consiga se consolidar no mercado e na sociedade gerando rendas econômicas e sociais para o curso.

4.2.7. Pontos positivos e negativos do Curso

Como fora visto no tópico anterior, o grupo, durante os 3 anos de surgimento, apresentou através das informações obtidas e de observações, algumas considerações sobre pontos positivos e negativos que apresentou em sua trajetória. Foram eles:

- **Pontos Positivos:** Priorizou a comunicação e possibilitou que pessoas conhecessem mais os surdos. E os surdos também conhecessem mais a sociedade ouvinte. Possibilitando a inclusão social dos surdos. Percebeu-se um alto interesse do pessoal na demanda pelo curso e já depois, durante o funcionamento também o interesse do pessoal, pelo texto, pela pessoa surda. Percebeu o respeito para com os instrutores e um ótimo relacionamento durante o convívio. O preço da mensalidade, da matrícula e do material utilizado são altamente acessíveis, possibilitando que atenda a pessoas de diferentes classes sociais.
- **Pontos Negativos:** A estrutura do curso, com relação aos locais que eles conseguiram a realização das aulas tinha muito barulho, devido a outras atividades

desenvolvidas no mesmo ambiente, fator este que atrapalhava a concentração do pessoal. Outros cursantes chegavam atrasados por causa do trabalho, família, entre outros fatores. Também havia a falta de tempo para alguns, que se diziam impossibilitados de aprender mais. Como diz a própria idealizadora em seu depoimento:

Alguns dos alunos falavam que na sala de aula aprendiam muito mais quando em casa não tinha o tempo de tá é... Se debruçando sobre os livros pra tá tendo um aprendizado mais sólido.

Observamos assim, a falta de compromisso e motivação devido às divergências do grupo durante o período de 2007. Outro fator é a carência de mais parcerias que divulguem a existência e importância do grupo nos ambientes da sociedade. E por fim, também foi detectada, a falta de uma adequada divulgação do curso, o que acabou tornando-o muito limitado.

4.3. Análise do curso sob o ponto de vista da Administração

A partir do curso proposto e das lacunas existentes sugerimos, tendo como referência as questões teóricas que nortearam a pesquisa: empreendedorismo e responsabilidade social, que a criação e conseqüentemente o ensino e acessibilidade de um Curso de LIBRAS para a comunidade, é e pode ser caracterizado como um negócio de caráter educador, mas totalmente inovador e diferenciado, pois possui caráter exclusivo e pioneiro no Município em que é ministrado. Apresentando alguns aspectos com relação à concorrência, demanda, localização, divulgação, custos, entre outros fatores que apontam para um avanço significativo do empreendimento e que serão fortemente interferidos, caso não se tenha uma boa administração ou dedicação dos componentes, em obter resultados positivos do curso para esta comunidade.

Partindo da criação do curso, nota-se que a idealizadora e precursora do Curso, possui fortes características empreendedoras, pois, conseguiu enxergar e desenvolver a necessidade de se criar um empreendimento desta qualidade, conseguindo identificar meios que despertassem a atenção das pessoas ditas como normais, para o aprendizado de uma

língua utilizada pela população surda e que ainda é muito pouco difundida e ao mesmo tempo, bastante necessária.

Pessoas com espírito empreendedor e atitudes criativas para várias situações, são definidos por Leite (2002), como indivíduos capazes de criar negócios inovadores e prósperos que podem vir a ter as formas e tamanhos imagináveis.

E no caso deste empreendimento Leite (2002, p.70) também cita que:

A iniciativa individual faz parte da natureza humana. A sociedade é guiada por indivíduos que são inerentemente dirigidos pelas suas iniciativas individuais. Quando se libera o ser humano para que possa tornar-se um empreendedor, consegue-se o muito interessante- amarra-se a sua iniciativa individual às necessidades do mercado.

Ou seja, a iniciativa individual da Precursora que, após idealizar, buscou outros indivíduos que se interessassem e a ajudassem a planejar e criar um Curso deste cunho para ser ofertado na sociedade, pode ser caracterizado como um ato empreendedor.

Percebemos também que, alinhado as questões da Administração, este empreendimento assume um papel socialmente significativo, pois, proporciona atitudes estimuladoras, a partir do momento que implanta sua maior função, ou seja, a de possibilitar e difundir a inclusão da Língua de Sinais para o todo, estabelecendo e criando ligações entre a sociedade, entre instituições e organizações, sejam elas públicas e/ou privadas, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos; enfim gerar a conscientização da responsabilidade social através do curso; Já que o mesmo tem como idéia principal, criar meios e formas de aproximar o contato e comunicação dos surdos com todas as pessoas ditas como normais, em locais como, hospitais, polícia, bancos.

Leite (2002, p.47) explicita bem esta situação quando diz que:

O empreendedor está inserido num contexto ambiental, constituído por elementos como o governo, concorrentes, fornecedores, clientes, sindicatos, comunicação, dentre outros que se influenciam mutuamente, formando um sistema complexo.

A entrevistada cita algumas áreas que considera fundamental que se tenha noções básicas de LIBRAS, para facilitar situações que necessitem de comunicações com os surdos e que muitas vezes acabam sendo incompreendidas e não atendidas. São elas:

Saúde, Polícia, Família, Pedagogia, Bancos, Supermercados, tem muitas áreas, assim como na área de trabalho, de acordo com o que a pessoa faz.

4.4. Redimensionando o Projeto do curso

É com base nesta análise do curso e do ambiente no qual ele se encontra que, iremos propor, através da reformulação do Projeto já existente, um Projeto Atual de Curso. Mas, antes iniciaremos abordando algumas limitações que atualmente o curso apresenta e que dificultam, de certa forma, a realização das metas, tanto o atual Projeto, como, da nova proposta que será divulgada.

4.4.1. Limitações do Curso de LIBRAS:

- falta de um adequado planejamento e organização do curso, impedindo que as informações estejam sempre atualizadas;
- dificuldade de ser encontrar uma localização adequada que proporcionasse ao curso um ambiente calmo para a realização das aulas;
- disponibilidade de recursos necessários para a utilização em sala e aula;
- falta de parceria com as instituições, devido as condições que o curso apresenta ser necessário, como a duração total de 5 meses para cada nível, dificultando assim o interesse por parte das instituições que acreditam ser tempo demais para execução de um curso.
- dificuldade de se realizar negociações que apresentem vantagens para ambos os lados; e
- uma melhor divulgação do curso, devido à ausência de patrocínios.

Foram estes entre outros fatores que contribuíram para que o curso se limitasse, atendendo em sua maioria, as pessoas envolvidas com a área educacional e por familiares que buscavam se comunicar com seus parentes.

4.4.2. A nova proposta de Projeto para o Curso de LIBRAS

Propomos que o novo projeto apresente metas que direcionem o curso para uma ampliação e formação de parcerias com as Instituições Públicas e Privadas, apresentando novas idéias e novas formas de se atrair a demanda de diferentes públicos, com o intuito de socializar a LIBRAS e de demonstrar o quanto essas instituições devem se atentar para que os seus participantes internos aprendam a Língua de Sinais, como forma de agregar valor ao seu negócio. Incorporando também este fator, como uma estratégia competitiva e diferenciada para com aquelas que não despertaram ainda para a importância de se ter conhecimento sobre a LIBRAS, demonstrando assim, a falta de compromisso com os surdos, que também não deixam de ser possíveis clientes e que podem deixar de optar por adquirir seus produtos e serviços, simplesmente por não terem um atendimento adequado e com qualidade.

Logo, apresentaremos a seguir a nova estrutura de projeto do curso, ressaltando que algumas informações presentes e formuladas no projeto anterior foram reutilizadas e que outras foram modificadas por tornarem-se obsoletas.

4.5. O PROJETO

4.5.1. Apresentação

A Associação de Surdos de Campina Grande, fundada em 09/06/1995, vem lutando pelo respeito ao cidadão Surdo, considerando a sua língua e cultura. O Surdo utiliza a língua de sinais como primeira língua, na forma “falada” e a Língua Portuguesa como segunda língua, na forma escrita ou falada. A Língua de Sinais permite ao Surdo “falar”. Através das mãos, comunica o que pensa e o que sente. Este é um dos motivos pelo qual dizemos que o Surdo não é “mudo”.

Algumas pessoas chamam o surdo de “mudo”. O surdo não é “mudo”, pois não tem nenhum problema em seu aparelho fonador. A diferença entre o surdo e o ouvinte está na capacidade auditiva, que o surdo tem diminuído. Os surdos podem desempenhar atividades nas mais diversas áreas: política, futebol, religião, educação, lazer, tendo direitos e deveres e necessidade de organização social.

Tanto na LIBRAS, como na Língua Portuguesa, há diferenças regionais. Respeitando essas diferenças, ao aprendermos a Libras poderemos nos comunicar com os Surdos em qualquer lugar do Brasil. A comunidade Surda tem sua própria cultura. A cultura Surda baseia-se na apreensão visual do mundo, sendo a Língua de Sinais sua principal identificação. Por isso, participar desta comunidade é muito importante para a vida dos Surdos.

Com as mudanças ideológicas, políticas e sociais que ocorrem na atualidade, as pessoas com deficiência vêm adquirindo maior respeito e visibilidade em nosso meio social. Em consonância com esta nova realidade, a referida associação apresenta o projeto de curso de Língua Brasileira de Sinais - Libras, que pretende colaborar para concretização das possibilidades existentes de inserção social da pessoa Surda nesta sociedade.

4.5.2. Objetivos Centrais

O presente projeto tem o objetivo de ofertar cursos de Língua Brasileira de Sinais – Libras -, a fim de possibilitar aos ouvintes o aprendizado desta língua objetivando a inclusão social entre Surdos e Ouvintes através da comunicação, colaborando tanto para formação de uma sociedade mais justa, como a formação de parcerias com Instituições Públicas e Privadas, que proporcionem à pessoa Surda, um maior envolvimento em todas as áreas que a sociedade oferece, atribuindo ao Surdo mais respeito, identidade e dignidade como cidadão que possui língua e cultura próprias, além de colaborar para maior acessibilidade destes aos bens sociais.

Com este trabalho também será possível a esta Associação arrecadar recursos para compra de sua sede própria, para que possa implementar outras ações que contribuam para o desenvolvimento social da comunidade surda de Campina Grande e outras cidades polarizadas por esse município.

4.5.3. Objetivos Metodológicos

- aprender a utilizar as saudações em Libras em contexto formal e informal;
- identificar a diferença entre alfabeto manual e sinais soletrados;
- utilizar adequadamente os pronomes pessoais e os possessivos e alguns pronomes interrogativos;
- criar diálogo utilizando advérbios de tempo, lugar, condições climáticas e os pronomes demonstrativos;
- reconhecer os numerais cardinais e para quantidades;
- compreender aspectos da Língua, Cultura e da comunidade surda;
- identificar verbos e tempos verbais;
- utilizar a negação e ações contínuas incorporadas aos verbos;
- reconhecer e utilizar expressões faciais em contexto;
- entender diálogos e narrativas diversas;
- dar informações e ter noção de espacialização e localização em Libras: objetos, pessoas e ambientes da casa, escola, trabalho.

4.5.4. Missão do curso de LIBRAS

O papel principal do curso é atender o que a Lei tem a oficializar e trazer a comunicação com surdos e os ouvintes. Divulgar a Língua de Sinais para que o surdo tenha mais liberdade e inclusão na sociedade.

4.5.5. Visão do curso

Pretende, daqui há algum tempo, se consolidar no mercado, expandir a diversificação de sua demanda, aumentando seu público-alvo, para o atendimento de várias áreas que envolvam a necessidade da comunicação com a Língua de Sinais, através da criação do Nível III, que abrangerá conteúdos específicos para cada área solicitada.

4.5.6. Estratégia de Operacionalização

Se estabelecer em um local fixo e de fácil acesso, que seja preferencialmente patrocinado cobrindo todas as despesas extras.

4.5.7. Metodologia (Anexo B)

O presente projeto propõe o oferecimento de cursos de Libras nos níveis I, para iniciantes, e II para pessoas ouvintes que já têm algum conhecimento inicial desta língua. Separadamente cada nível possui como tempo máximo duração, 5 meses.

Pretende-se, portanto, ofertar doze turmas, seis de nível I e seis de nível II, nos seguintes dias e horários:

<i>Turma</i>	<i>Nível</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>
1	I	3 ^a e 5 ^a feiras	8h30min às 9h30min
2	I	3 ^a e 5 ^a feiras	9h45min às 10h45min
3	I	3 ^a e 5 ^a feiras	14h às 15h
4	I	3 ^a e 5 ^a feiras	15h15min às 16h15min
5	I	3 ^a e 5 ^a feiras	18h às 19h
6	I	Sábado	14h às 16h
7	II	4 ^a e 6 ^a feiras	8h30min às 9h30min
8	II	4 ^a e 6 ^a feiras	9h45min às 10h45min
9	II	4 ^a e 6 ^a feiras	14h às 15h
10	II	4 ^a e 6 ^a feiras	15h15min às 16h15min
11	II	4 ^a e 6 ^a feiras	18h às 19h
12	II	Sábado	16h30min às 18h30min

O início dos cursos está previsto para 06 de março, prevendo-se uma carga horária de 30 horas para cada curso. De acordo com a demanda, estipula-se que as turmas serão oferecidas com um número mínimo de dez alunos e máximo de 20.

As aulas serão ministradas de forma expositiva e contextualizada, estimulando a participação dos alunos através de dinâmicas, utilização de cartazes, retro projetor, data show e vídeos (alguns desses recursos, só serão utilizados se houver disponibilidade no local).

A avaliação dos alunos ocorrerá em dois momentos do curso, utilizando a forma prática e a escrita. Será realizada apenas no final do curso, quando os alunos responderão um questionário com perguntas sobre o desempenho do Instrutor, metodologia adotada, local de realização do curso e darão sugestões.

4.5.8. Taxas

As taxas cobradas serão inicialmente de pequeno valor, devido às dificuldades de reconhecimento, ainda, da LIBRAS como uma língua de fato, já que o processo de aprendizagem requer os mesmos procedimentos teórico-metodológicos das línguas estrangeiras.

Estas taxas têm a finalidade de custear a produção do material didático e o pagamento de ajuda de custo para os profissionais envolvidos (instrutores e intérpretes), bem como colaborar com a Associação de Surdos de Campina Grande para a realização de suas metas e atividades.

⇒ Inscrição, com direito ao material do curso.	R\$ 23,00
⇒ Mensalidade.	R\$ 15,00

Campina Grande, 14 de fevereiro de 2009.

Curso de LIBRAS
Coordenação do projeto

4.6. OBSERVAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a nova proposta de projeto será adequadamente atrativa para a divulgação do curso de LIBRAS da ASCG, pois apresenta metas de expansão e de negociação, objetivando que diferentes parcerias sejam formadas, com o intuito de melhor promover ao público várias situações e ambientes da sociedade que necessitem e utilizem a LIBRAS.

Portanto, percebe-se que na medida em que o projeto for divulgado, as instituições interessadas poderão analisar, estudar e viabilizar as possibilidades que o curso tem a oferecer, criando assim, uma rede de inclusão socialmente difundida e participativa.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Para atender ao nosso propósito de pesquisa, buscou-se abordar e descrever no contexto desenvolvido, questões teóricas da Administração, referentes ao Empreendedorismo e adoção da Responsabilidade Social por partes das Instituições Públicas e Privadas. Percebe-se que, tanto a sociedade como o mercado de trabalho nela inserido, estão exigindo, cada vez mais, iniciativas dessas Instituições, no que diz respeito a ações socialmente e politicamente corretas, que não prejudiquem e sim, agreguem valores para o ambiente que esteja sendo beneficiado e que minimizem as diferenças sociais existentes na sociedade. Tomando como base esse pressuposto, o Curso de LIBRAS da ASCG situado na cidade de Campina Grande, apresenta fortes características que englobam o conteúdo teórico adotado, pois foi utilizada, a partir da formulação de um projeto, a ampliação e formação de parcerias com Instituições, como forma de divulgação e de maior acessibilidade da LIBRAS, entre as pessoas ouvintes e surdas.

Logo, diante dos objetivos propostos neste estudo, verificou-se que o curso sofre da carência de um adequado planejamento, assim como algumas limitações, envolvendo questões de localização, de falta de recursos, de falta de parcerias e de patrocínios que abracem esta iniciativa para melhor desenvolvimento do Curso no município.

Através de um maior contato com a comunidade surda que participava do Curso, dentre eles instrutores, intérpretes e ouvintes, observou-se e analisou-se diversas situações, a exemplo de, como o curso funciona, como está organizado, planejado, divulgado e representado, como se dá o envolvimento da equipe, dentre outros aspectos que, de certa forma, impedem o crescimento do curso como um empreendimento próspero.

Direcionou-se, portanto, a contribuição do estudo para uma nova proposta de projeto do Curso que possa abranger novos objetivos e novas perspectivas de negociação, permitindo, assim, que as instituições que despertem seu interesse na realização de parcerias, tenham uma visão mais nítida e completa do curso.

Espera-se por fim, que esta contribuição seja favorável para atender às metas que o curso pretende atingir, assim como difundir a Língua de Sinais para a toda a comunidade que se interesse em obter conhecimento desta língua, a fim de conquistar relacionamentos diretos com a população surda. Assim, criando um ambiente mais interativo e prazeroso

para todos os participantes, além de proporcionar a conscientização das instituições de um modo em geral demonstrando como a responsabilidade social deve ser levada a sério e que ela tem grande poder, para tornar e possibilitar um convívio social de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALTIMEYER, Helen Yara. *O exercício da responsabilidade Social gerando uma vantagem competitiva para as Empresas que o praticam. Seminários em Administração FEA-USP VII SEMEAD ADMINISTRAÇÃO GERAL*, 2004.

ASHLEY, Patrícia Almeida. *Parcerias Público-Privadas*, 2004.

BATISTA, Manoel Messias. *Tipos de Empreendedorismo: semelhanças e diferenças*. Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

BENEDETTI, Mauricio Henrique, GUARDANI, Fátima, CARVALHO, Carlos Soares de, DAROS, Jéssica de Oliveira, BIZZARRI, Renata. *As Necessidades de Auto-realização e a Motivação do Empreendedor: uma Análise de Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas da Região de Barueri*. ANPAD. São Paulo, 2005.

BENITEZ, Zaira Ramos. *Intuição & Criatividade no planejamento estratégico*. Revista Kmpress, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90. Brasília, 1990.

_____. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Secretaria de educação e cultura: SEC/João Pessoa-PB, p.7-43, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares/ secretaria de educação Fundamental./ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

_____. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005: regulamenta a Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, *Diário Oficial da União*, 23 de Dezembro de 2005.

CARVALHO, Lúcia Regina Faleiro. *Demonstração da Responsabilidade Social. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Responsabilidade Social*. Comissão de Estudos de Responsabilidade Social, Porto Alegre-RS. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. 5ª edição vol. 1. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

_____. *Introdução à teoria geral da administração*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSTA, Suely Braz. *Administração holística: a intuição como diferencial*. São Paulo: Saraiva, 1996.

DEZORZI, Marluce. *Responsabilidade Social Empresarial: Uma filosofia que autêntica a gestão socialmente responsável*, 2008. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/article> acesso em: 15 de Dezembro de 2008

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

_____. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

_____. *Empreendedorismo em sete passos*. Portal Microsoft para Pequenas Empresas, São Paulo, SP, 01 out. 2004.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo em sete passos*. Portal Microsoft para Pequenas Empresas, São Paulo, SP, 01 out. 2004.

DORZIAT, Ana, LIMA, Niédja Maria Ferreira de, ARAÚJO, Joelma Remígio de. A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais. In: *Anais da 29ª Reunião Anual da Anped*, 2006. [CdRom]

DRUCKER, Peter F. *O melhor de Peter Drucker: a administração*. Ed. Nobel. São Paulo, 2001.

ESTROVISPV, Alana e RAMOS, Leandra Proner. *Características Comportamentais Empreendedoras: Gestores das Empresas de Informática na Cidade de Joaçaba*. Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba. Santa Catarina. 2008

FELIPE, Tanya A. *Libras em contexto: curso básico*, livro do estudante/cursista.

Brasília: Programa Nacional de Apoio a Educação dos Surdos, MEC; SEESP, 2001.

FUZETTI, Diana Leite Kochmanski, SALAZAR, José Nicolas Albuja.

Empreendedorismo: Evidências conceituais e práticas na visão econômica e administrativa. Revista de Administração da UNIMEP, v. 5, n. 2. 2007.

GIANINI, Eleny e PASSEGGI, Maria da Conceição. Como nos tornamos professoras de Surdos: relato de uma experiência com memoriais de formação. In: *Anais do I Colóquio Brasileiro de Educação na Sociedade Contemporânea –COBESC, 2007.* [CdRom]

GREGÓRIO, Sérgio Biagi. *Intuição e Inspiração.* Centro Espírita Ismael. São Paulo. 1998.

Larousse, Ática: *Dicionário da Língua Portuguesa* – Paris: Larousse/ São Paulo: Ática, 2001.

LEITE, Emanuel. *O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas.* Recife: Bagaço, 2000.

_____. *O Fenômeno do Empreendedorismo.* Recife: Bagaço, 2002.

LUPPI, Lierge. *A Responsabilidade Social como Estratégia Empreendedora.* 2007. Disponível em <http://www.responsabilidadesocial.com/article> acesso em: 15 de Dezembro de 2008

MACEDO, M. A. da Silva, OLIVEIRA, M. Alvarenga, ALYRIO, R. Danilo, ANDRADE, R.O. B. de. *Heurísticas e Vieses de Decisão: a Racionalidade Limitada no Processo Decisório.* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* Revista aprimorada- São Paulo: Hucitec, 2006.

NONAKA, I. A empresa criadora de conhecimento. In: *Harvard Business Review. Gestão do conhecimento.* Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa.* Petrópolis, Rj: Vozes, 2007.

PEDREIRA, Ivana Maria Schimidit. SOUZA, Maria José Barbosa de. *A Responsabilidade Social no Turismo de Blumenau (SC) sob a Ótica de seus Dirigentes*. Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2008.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo. *Com a palavra o surdo: aspectos do seu processo de escolarização*. São Carlos/SP: Dissertação de Mestrado, UFSCar, 2001.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SEBRAE, Aprender a Empreender 2005. Disponível em: <http://www.sebraepb.com.br> acesso em: 20 de janeiro de 2009

Manual do Empreendedor , 2007. Disponível em: <http://www.sebraepb.com.br> acesso em: 20 de janeiro de 2009

QUADROS, Ronice Muller de e KARNOPP, Lodenir B. *LSB -Estudos lingüísticos*.

Porto Alegre: Artemed, 2004.

TRIVINOS, Augusto. N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas, 1987

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WILKIPÉDIA. Administração. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Administra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 10 Dez 2008

Sites Consultados:

http://tilz.tearfund.org/webdocs/Tilz/Roots/Portuguese/PCM/PCM_P-intro.pdf acesso em: 13 de Dezembro de 2008

<http://www.feneis.com.br> acesso em: 02 de Fevereiro de 2009

<http://www.bu.ufsc.br/cac/projetos.html> acesso em: 14 de Dezembro de 2008.

Universidade Federal de Santa Catarina –UFSCG. *Elaboração de Projetos*. 2007

APÊNDICES

APÊNCIDE 1. Recurso produzido para uma aula-expositiva sobre Administração

APÊNDICE 2. Roteiro de Entrevista

APÊNDICE 3. Transcrição da Entrevista

AULA- EXPOSITIVA PARA OS INSTRUTORES DA ASCG

Outubro, 2008

Administração é o ato de trabalhar com e através de pessoas para realizar os objetivos tanto da organização quanto de seus membros.



Existem três aspectos chaves que devem ser apontados nesta definição:

Dá maior atenção as pessoas

Focaliza a atenção nos resultados a serem alcançados.

Realização dos objetivos pessoais de seus membros deve ocorrer juntamente com à realização dos objetivos gerais.

Administração é o processo de:

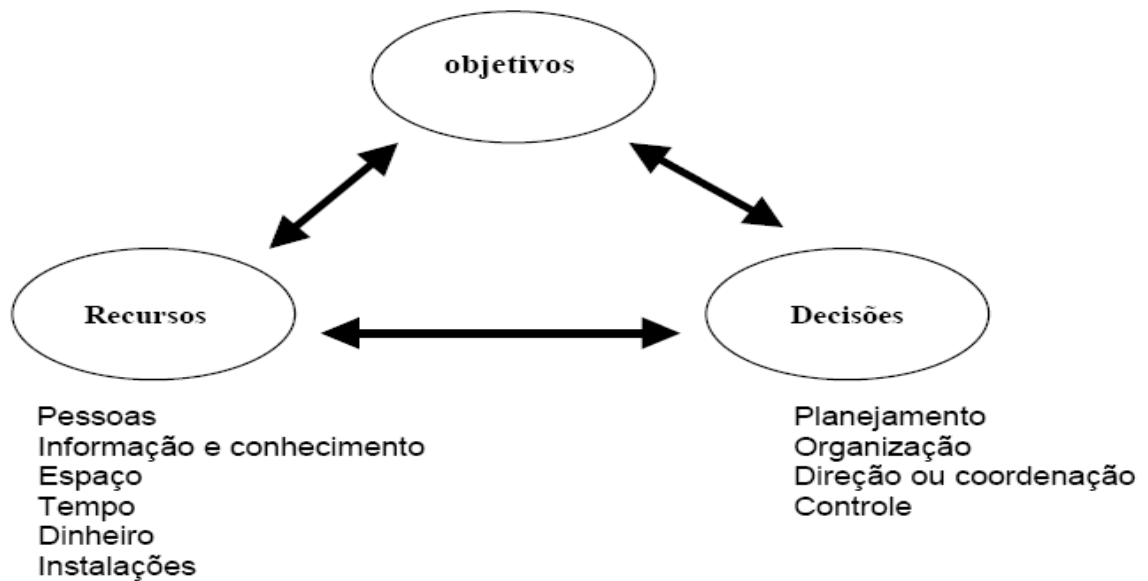
Planejar: REFERE-SE AO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PROJETO, AS QUAIS SÃO DETALHADAS COM AS PESSOAS QUE PARTICIPAM NAS ESCOLAS E/OU ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS.

Organizar: É A FASE EM QUE SE DEFINEM AS AÇÕES E AS PESSOAS NECESSÁRIAS PARA ATENDER AO QUE SE ESPERA EM CADA ETAPA DO PROJETO REALIZADO.

Dirigir: TRATA-SE DE LIDERAR E REUNIR OS GRUPOS DE PESSOAS QUE SÃO RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DO PROJETO.

Controlar: É A OBSERVAÇÃO E COORDENAÇÃO DE TODO O TRABALHO PARA QUE SAIA TUDO COMO PLANEJADO

ADMINISTRAR É...O PROCESSO DE TOMAR E COLOCAR EM PRÁTICA DECISÕES SOBRE OBJETIVOS E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS



O QUE DIFERENCIA O ADMINISTRADOR DE UM SIMPLES EXECUTOR :

Administrador:

Sabe analisar e resolver situações problemáticas variadas e complexas, pois aprendeu a pensar, a avaliar e a ponderar em termos abstratos, estratégicos, conceituais e teóricos. É um agente de mudança e inovação, pois adquire habilidade de entender e diagnosticar situações.

Executor:

Coisas que aprendeu mecanicamente (planos, organogramas, mapas, registros, lançamentos etc. É um mero agente de execução e operação.

MUITOS PROBLEMAS QUE VOCÊ ENFRENTA TÊM SUA ORIGEM NA INEXISTÊNCIA OU INEFICIÊNCIA DE ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO.

ORGANIZAÇÕES BEM ADMINISTRADAS SÃO IMPORTANTES POR CAUSA DESSE IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE.



ADMINISTRADORES BEM PREPARADOS, PORTANTO, SÃO RECURSOS SOCIAIS IMPORTANTES.

Pense numa cidade inundada e você vai lembrar-se da Prefeitura, pense em pessoas despreparadas, e você vai lembra-se do baixo nível da educação, pense na necessidade de pagar planos de saúde ou pensão, ou nas filas nos hospitais públicos, e você vai lembrar-se do governo que não trabalha como deveria.

O QUE É SER EMPREENDEDOR?

" TRATA-SE SIMPLEMENTE DAQUELE QUE LOCALIZA E APROVEITA UMA OPORTUNIDADE DE MERCADO, CRIANDO À PARTIR DAÍ UM NOVO NEGÓCIO."

AS ATITUDES DAS PESSOAS EMPREENDEDORAS:

- **SÃO INOVADORAS, INQUIETAS, CRIATIVAS, MOTIVADAS, OUSADAS, ALÉM DE TEREM SEMPRE A SUA VISÃO VOLTADA PARA O FUTURO.**

MOVIDAS POR UMA NECESSIDADE (PERDA DE EMPREGO, POR EXEMPLO) OU POR VISUALIZAR UMA OPORTUNIDADE NO MERCADO, ALGUMAS PESSOAS PODEM INICIAR UM PEQUENO NEGÓCIO, E TER SUCESSO POR TODA A VIDA.

CRIAM SEMPRE OPORTUNIDADES E SE ENVOLVEM COM ELAS, ENTREGANDO-SE DE CORPO E ALMA PARA ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS.



ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. PERFIL

Nome _____

Idade _____

Escolaridade _____

Profissão _____

Local da profissão _____

II. QUESTÕES

1. E o que é Letras LIBRAS?
2. Qual a função do curso?
3. Qual a necessidade no surgimento desse curso?
4. Como foi o funcionamento no início do Curso?
5. Começou com quantas turmas e quantos alunos em cada turma?
6. E o número de instrutores?
7. Quatro instrutores pras 10 turmas?
8. Formaram então 07 turmas com 95 alunos, ao todo?
9. Quantas pessoas em 2007?
10. Pontos Positivos?
11. Negativos em sala de aula?
12. Com relação aos instrutores. Foi Positivo?
13. O que acha sobre a nova coordenação?
14. Qual deles tinha organizado o curso com a Associação?
15. Onde foi ministrado o primeiro curso?
16. E hoje?
17. Quantas turmas?
18. A idealizadora que criou o Nível I e o Nível II?
19. Qual foi o material utilizado, a base?
20. Quais as perspectivas do curso?

21. A idealizadora pensa em fazer um curso próprio? Como?
22. O que é o pró-LIBRAS?
23. Qual o papel principal do curso hoje?
24. Como imagina que será o futuro do curso diante da situação atual?
25. Existe uma certificação de conclusão do Curso?
26. Os sinais são os espaços prioridades?
27. Sobre o Mercado de Trabalho, o que observa?
28. Ela acha que nas áreas, devem ter sempre o conhecimento?
29. Durante a história do curso teve alguma empresa que aceitou que eles levaram a proposta e aceitou que o mini curso seja ministrado lá?
30. Na Alpargatas tem um curso hoje que é ministrado lá no Senac, não é isso? Então como é que observa esse curso?

Campina Grande, 11/12/08

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

I. PERFIL

O Nome?

Meu sinal, é esse; a mão em forma de G na cabeça, na altura da testa descendo até a cintura. Meu nome é Girlaine Felisberto B. Caldas Aguiar.

Idade?

20 anos.

Escolaridade?

Já terminei o Ensino Médio, hoje estou fazendo Universidade no Letras LIBRAS.

A profissão?

Professora, final do Curso.

Local da profissão?

Trabalha na EDAC e também na Associação, como instrutora.

E o que é Letras LIBRAS?

Letras LIBRAS têm a Universidade Federal de Santa Catarina que é pólo principal e é um curso à distância com 16 pólos no Brasi, tem vídeo conferência em língua de sinais. É Letras LIBRAS têm a Licenciatura pra os surdos darem aulas de línguas de sinais e tem Bacharelado pra quem quer se formar um tradutor ou instrutor.

Qual a função do curso?

Na Associação, eu já fui coordenador-instrutora, agora só estou como instrutora. Ela fez um curso aqui na UFCG, aprendendo a Gramática da língua de sinais e muitas coisas, várias coisas, referente a Língua de Sinais, e depois ela recebeu informações que ela poderia ser multiplicadora, aí ela juntou já fora, ela percebia os ouvintes dizendo que queria aprender línguas de sinais e aonde tinha, aí Ginalva na Associação e ela começou. Chamou Germana, também conversou com Eleny pra ajudar a organizar o curso e aí ela já era coordenadora. Advogou o curso, conseguiu várias pessoas, começou em 2006. No período de 2007 já também com o nível 2, em 2007. Quando o curso foi aumentando ela foi chamando Claudinaldo, Aline, Girlaine e Gracira. Já eram 04 instrutores e entregou a coordenação pra outra pessoa, pra Claudinaldo e ele vem desenvolvendo, desde então. Eu antes tive a idéia, por que eu ouvia as pessoas, os ouvintes que queria e depois que começou a dar o curso ela percebeu que teve outro resultado. Os surdos vinham pra ela e diziam que tava conseguindo se comunicar mais com os ouvintes fora, na sociedade.

Qual a necessidade no surgimento desse curso?

Ela ta falando que os surdos reclamavam muito da falta de comunicação e juntou as que iam ao supermercado, iam comprar algumas coisas e não tinha comunicação, queriam bater

papo com os ouvintes e não conseguia aí juntos os ouvintes querendo curso e os surdos querendo a comunicação, teve a Lei de LIBRAS também, que depois foi regulamentada e obrigava a comunicação, dava direito aos surdos a comunicarem em língua de sinais. A lei... já teve a lei que surgiu e que já teve essa obrigatoriedade.

Como foi o funcionamento no início do Curso?

Tá perguntando se é pra falar qual o percentual do pessoal também!

Ela que sabe... se tiver um percentual. Pra ela falar como foi o funcionamento no início do curso?

Primeiro teve o planejamento, a organização. Quando tava certo foi organizado as turmas e foi feito a divulgação também rádio e Tv e foi divulgando o curso. Quando as turmas foram formadas começou a dar aula, também tem a discussão sobre a Metodologia de Ensino e dava aula lá ao pessoal.

Começou com quantas turmas e quantos alunos em cada turma?

Antes tinha mais! 10 turmas, agora ela disse que tem, em 2006 noventa e cinco ao todo, 95 pessoas no curso. Em 2007, 85 pessoas. Em 2006 só nível I, em 2007, nível I e nível II, somando dava 85 pessoas.

E o número de instrutores?

Quatro instrutores.

Quatro instrutores pras 10 turmas?

Ela escolheu 03, assim que ela começou foi com 5 ensinando. Giralaine ensinava a 5, dias diferentes e turmas diferentes, por exemplo quarta, sexta e sábado. Em 2006, ela com 05, Grafília com 01, eram 06 turmas em 2006. Em 2007, 4 minhas, Aline com 02, Claudinaldo com 01, só dá sete turmas. A gente começou divulgou 10, é porque foi divulgado 10 turmas aí de acordo com o total de escritos aí algumas turmas deixaram de existir.

Formaram então 07 turmas com 95 alunos, ao todo? 2006, foram divulgados 10 horários, ela ficava com 05, depois da divulgação teve a inscrição aí pelo número reduzido deixaram de existir 04 turmas, ficaram 6. Giralaine ficou ensinando em 05 e Grafília ficou ensinando 01. Em 2007, parece que foram 08 turmas, a divulgação aí reduziu pra depois das inscrições, reduziu pra 05. É melhor ver o papel, isso é o que eu tô conseguindo lembrar, aí pronto.

Quantas pessoas em 2007?

Ao todo 85; Instrutores? 04 instrutores. E intérprete? Em 2006, Germana, Priscila, Geane e Giralania. Agora 2007, igual. Aumentou parece Conceição, só intérpretes permanece... quando começa o curso nas duas primeiras aulas e depois, e também no final e também na revisão da prova. Então, as duas primeiras aulas, na final e na revisão das provas.

Pontos Positivos? Bom, no começo era muito bom, depois de 2007 teve uma decaída. Perguntou quais as instrutoras que queriam fazer parte do curso, foram chamadas mais na reunião tinha muita divergência de opiniões, não conseguiu... É positivo, o curso é necessário porque prioriza a comunicação e tem a Lei que também... E tem a Lei que já traz isso aí no seu texto e também dá possibilidade das pessoas conhecerem mais os surdos. E

os surdos também conhecerem mais a sociedade. Possibilita a inclusão social dos surdos, porque o pessoal tá conhecendo mais os surdos e os surdos vão poder se inserir mais na sociedade. No início eu comecei, eu não sabia como que iria ser o interesse pessoal, mais aí eu percebi um interesse muito grande pessoal, agora eles queriam primeiro aprender os sinais, só que eu falei pras pessoas que precisava ter uma compreensão da pessoa surda, do contexto da pessoa surda. Quando eu comecei, organizei o curso, comecei a ensinar, havia o interesse do pessoal, pelo texto, pela pessoa do surdo, que não conhecia quem era o surdo e no início do curso traz isso. Aí fala a história do surdo, a identidade do surdo, da comunidade surda, várias coisas relacionadas ao surdo, à pessoa surda. É alguns tem interesse pra aprender sinais logo de início, só que eu colocava que tinha algumas questões mais importantes pra ser colocada no início, colocava também que era nível básico, não era é... Um nível mais aprofundado aí comecei a ensinar os sinais e fazer contextualizações e o pessoal aprendendo os sinais, fazendo exercício, foram aprendendo e eu percebi o respeito pra mim num relacionamento muito bom!

Negativos em sala de aula?

É... Trazendo um pouco da estrutura do curso é... ela tá colocando que os locais que eles conseguiram a realização dos cursos tinha barulho com outras atividades que tinha, aí atrapalhava a concentração do pessoal. Também as pessoas que chegavam atrasadas e também às vezes as conversas paralelas que tinha em sala de aula, ela chegava e pedia atenção. Do atraso do pessoal que justificava por causa do trabalho e outras coisas também, alguns falavam que na sala de aula aprendiam muito mais quando em casa não tinha o tempo de tá é... Se debruçando sobre os livros pra tá tendo um aprendizado mais sólido.

Aí, com relação aos instrutores. Positivo?

No início era só eu e Grafilia, depois aumentou mais e foram chamados mais instrutores. Na reunião quando a gente tava discutindo tinha divergência e suspeitavam do que eu tava fazendo; achavam que eu tava errada. Eu queria a união do grupo mais não conseguia; os instrutores... A gente combinava pra fazer a Metodologia, preparar materiais mais chegavam atrasados, esses são os pontos negativos. Ela ta falando que o grupo, sem ter grande urgência com o que ela colocava, antes só ela e Grafilia, melhor! Aí várias idéias, vinha desenvolvendo o curso, aí em 2007 começou mais pontos negativos, porque os instrutores suspeitavam do que ela tava fazendo, como ela combinava pra fazer a Metodologia, mais pareciam que eles não respeitavam até o que era discutido. E só eu organizando, chamava os instrutores e eles não vinham, e quando vinham sempre tinha divergências. Alguns diziam: -Ah, é isso mesmo; outros diziam: - Não, não é isso não!É, a gente tinha pontos em comum em muitas poucas coisas, não conseguia a união do grupo!E a partir disso aí eu resolvi entregar a coordenação. Porque assim eu sofria muito tentando essa união, mais a partir do momento que eu não consegui essas suspeitas, eu entreguei a coordenação e teve a votação e passou pra... Eu queria passar 05 anos na coordenação, mais com dois anos diante de tudo isso resolvi entregar. E o novo coordenador foi Claudinaldo.

E o que ela acha assim da nova coordenação?

Eu acho que é diferente, eu sinto um pouco de fraqueza. Eu não vejo tudo, eu só... o que eu posso ver é, eu sinto que a falta que ele não chamou, não reúne, não resolve muitas coisas,

planejamento não tem! É mais problema, problema e problema! Quando fala pra organizar uma coisa, é muito demorada, é isso!

Qual deles tinha organizado o curso com a Associação?

Em 2006 eram só os instrutores é... Djailton era o presidente, eu chamei Djailton, ele aceitou e deu até apoio pra gente organizar o curso e tinha esse relacionamento com a Associação muito bom. Era uma parceria! Depois que passou para Claudinaldo, eu não sei, eu acho que tá unido!

Onde foi ministrado o primeiro curso?

Primeiro foi no Centro Cultural.

E hoje?

No Museu Assis Chateaubriand, na UEPB. Pedi uma sala na EDAC pra poder dar o curso só que foi dado a resposta que não podia, que não concordava, que era um órgão público. A Prefeitura estava, então fui atrás de outro local só que lá no Centro Cultural tinha muito barulho, a gente procurou outro local e veio aqui no Centro Cultural, ainda tem problemas lá mais a gente tá lá e agora com o coordenador discutindo outro lugar ou não.

E eles conseguiram esses locais através de patrocínios, como se deu? De ofício à Associação. Ela, a coordenadora conversou sobre o curso, entregou o ofício e colocamos 5 meses, não podia passar muito tempo, porque era muito tempo, 5 meses. E depois lá no Centro Cultural devido ao barulho, a gente entregou a sala que não podia e quando foi lá no Museu Assis C. que a gente foi pra o local eles pediram o projeto, a gente organizou o projeto entregou e conseguiu a sala lá.

Num curso que foi ministrado quantas pessoas tinham e o nível e qual o número de alunos.

E quantas turmas?

Eu sei falar sobre a minha turma, agora sobre o geral é com a coordenação.

O preço da matrícula, da mensalidade? Antes a inscrição 30 reais. Em 2006, a inscrição era 15 reais, a apostila 8 reais e a mensalidade 5 meses, 15 reais. Depois, aumentou ficou junto material mais inscrição por 30 e a mensalidade por 20, 5 mensalidades também 20 reais, agora eu acho que tá igual. Eu acho que o coordenador continuou com o mesmo valor.

Atual qual é? O coordenador com a pessoa, Claudinaldo agora, eu sou a instrutora, também Virgínia, Aline, Clebson, Claudinaldo também instrutor, tem 05 instrutores. Alan, só que Alan se afastou, pediu afastamento, ai tem 05 agora. Intérpretes: Germana, Jeane e Conceição. É esse material primeiro eu fiz o curso de instrutor lá na UFCG, aprendi várias coisas e depois pensei e também olhei outras pessoas que organizam o curso que tem apostila também e vi que eles tinham curso particular e resolvi me unir com a Associação de Surdos pra poder validar o curso, eu primeiro organizei. Djailton falando que as pessoas querem curso de Língua de Sinais e já no feito a proposta, fiz a proposta com Germana. Eu em casa organizei de forma muito simples. É... mostrei a Germana e a gente começou a organizar, depois a gente pediu o auxílio a Eleny e também Shirley e... a gente organizando, agora a autora sou eu e tem a parceria com a Associação.

Ela que criou o Nível I e o Nível II?

Foi... o que eu aprendi mais o que eu pesquisei e foi organizando.

Aí ela utilizou assim...livros. Qual foi o material que ela utilizou, a base?

Material de Nelson Pimenta, livros daqui da Universidade, livro do MEC, as fitas de vídeo também, pegava o que eu achava que era importante e o que lembrava aqui da UFCG aí fui fazendo Nível 1, Nível 2 . Eu tenho vontade de fazer outros níveis também, fazer o curso com áreas: Saúde, Polícia, Pólo, Pedagogia, também eu gostaria de ter organizado outros cursos assim de análises mais específicas, mais eu só um que eu colo, um que eu tenho.

Quais as perspectivas do curso?

Ela tá falando das perspectivas mais direcionadas a ela, ela tem pretensões de fazer um curso dela, organizar um curso próprio.

Mais dentro do curso, ela vê assim, independente desse atual? Se ela vê o que eles estão esperando, desejando pro ano de 2009? Dependendo do futuro, voltar a ser coordenadora, não sei, não sei! Tem algumas pessoas ficam insistindo, eu fico aqui! Em 2009 se volto ou não a ser coordenadora, precisa de reunião pra poder decidir essas questões. Ela tá em dúvida entre voltar a ser coordenadora, ou montar um curso próprio, um curso particular dela. Ela vai ver primeiro e vai resolver.

E se for próprio ela tá pensando em fazer como?

Tem esse material aqui e tem uma reunião pra terça, se o pessoal quer que eu continue vendendo ou não, aí tem esse material aqui que eu vou aperfeiçoar e fazer outros níveis, talvez chame alguns surdos, também intérprete, pessoas que assim tenham um conhecimento mais aprofundado e acho que é possível organizar. Os que já passaram no pró-LIBRAS e tão com o certificado e eu chamar. Eu já tenho o certificado do pró-LIBRAS. Em 2009 também, uma coisa que eu vou priorizar são os surdos que vão ter essa certificação do pró-LIBRAS.

O que é o pró-LIBRAS?

Pró-LIBRAS é uma comprovação que você tem proficiência na Língua de sinais e no ensino, em várias coisas. Pra provar sua experiência.

Ou seja, o papel principal do curso hoje?

É atender o que a Lei tem a oficializar e trazer a comunicação com surdos e os ouvintes. E também divulgar a língua de sinais pra que o surdo tenha mais liberdade e inclusão na sociedade.

Ela imagina mais ou menos qual seja o futuro do curso diante da situação atual?

Ela tá colocando que o curso começou numa linha que progride, mais depois que passou a coordenação pra Claudinaldo percebeu uma decaída. E ela tá dizendo que Claudinaldo veio conversar com ela pra ela voltar a ser coordenadora do curso. Porque ele quer que o curso continue avançando. Se ela voltar pra coordenação, ela acredita que o curso pode avançar mais, se não ela acha que vai ficar nesse avança – retrocede, avança – retrocede.

Existe uma certificação?

Existe sim, as pessoas que fazem o curso tem um certificado. E pras os instrutores que trabalharam; intérprete e coordenador têm a declaração.

Os sinais são os espaços prioridades?

Ela á colocando que os surdos eram muito angustiados antes, porque em vários papéis na sociedade não tinham comunicação. Ela percebendo essa necessidade, essa demanda ela resolveu organizar o curso, aí o pessoal: - Oh, a Associação está ensinando o curso de Língua de Sinais e os surdos também viram com resultado, que tava tendo comunicação na sociedade.

“Pergunta engolida” : áreas

Saúde, Polícia, Família, Fono, Pedagogia, Bancos, Supermercados, tem vários, tem muitas áreas! Na área de trabalho, de acordo com o que a pessoa faz.

Falando do Mercado de Trabalho, o que ela acha. Como ela vê? Ela ta dizendo, vê todos pra um local e um sinal, ou melhor, ir lá. Por que as pessoas que estavam fazendo o curso, é ficavam solicitando: - Olhe lá na Polícia, dá um curso lá! – Lá na escola, dá um curso lá! – Lá no hospital, era bom um curso lá! Aí tem no caso dos familiares, ela ta dando um exemplo, no caso dos familiares chega e quer uma comunicação com o filho, chega nesse curso e tem uma gramática que vai aprofundando e fica um pouco mais pesada, aí pras famílias isso assim é mais um pouquinho necessário, é mais do que necessário pra comunicação com o filho. A família tem toda a necessidade de ta aprendendo a gramática. Aí na área de saúde por exemplo, é fazendo o sinal de figado, da garganta e assim do corpo, do corpo humano e aí cada um tem sua especificidade, mais é preciso aprender mais.

Então ela acha que nas áreas, deve ter sempre o conhecimento, não isso é necessário; extremamente necessário que sempre tenha em qualquer uma dessas áreas o vocabulário específico e tenha noção do que seja a LIBRAS?

Ela ta dizendo que tem um conteúdo mais abrangente e tem um conteúdo que é mais específico; dizendo que pra todos tem que ter as saudações: o bom dia, datilologia, boa tarde, agora questões que precisam ser mais específicas. No início é igual pra todos. A história do surdo mais aí em algum momento pode ser necessária a organização mais específica de acordo com a área de trabalho.

Durante a história do curso teve alguma empresa que aceitou que eles levaram a proposta e aceitou que o mini curso seja ministrado lá?

Não, nunca. Só a Alpargatas que selecionou alguns funcionários e eles vão até o local do curso pra ter aula. A Alpargatas falou que no início, desse jeito no local onde a Associação dá curso, mais que futuro possa ser que lá, poderia ser que lá tivesse uma sala pra Associação fazer o curso, só que depois parou! Hoje tem algumas pessoas de cidade do interior que quer que a Associação vá até lá dar o curso, mais a preocupação é que tem poucos instrutores.

Na Alpargatas tem um curso hoje que é ministrado lá no Senac, não é isso? Então como é que ela vê esse curso?

Concordo porque um dia, só uma vez por mês isso é impossível. Não aprende, não consegue aprender! Eu acho que tem que ser semanal se for um dia, mais pra mim tem que ser semanal. Mais uma vez por mês, daqui a um mês de novo. Só uma vez eu não concordo! Cledson se arrependeu, mais quando ele aceitou essa proposta ele não tinha muita experiência.

ANEXOS

ANEXO A: Projeto do Curso de LIBRAS da ASCG

ANEXO B: Programa do Curso de LIBRAS

ANEXO C: Capa da Apostila Nível I e Nível II

ANEXO D: Lei de LIBRAS N.º 10.436 de 24 de Abril de 2002

ANEXO E: Decreto N.º 5.625, de 22 de Dezembro de 2005

ANEXO F: Lei da Acessibilidade N.º 10.098 de 23 de março de 1994

ANEXO G: Promoção do Curso de LIBRAS em Instituições de outras regiões do Brasil



ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE CAMPINA GRANDE

Fundada em 09 de junho de 1995 – CNPJ: 03.156.850/0001-71
 Rua Eutícia Vital Ribeiro, s/n – Catolé – CEP: 58.108-600 – Campina Grande – PB
 Utilidade Pública Municipal: Lei nº. 133 de 18/11/2003
 Filiada a: - Liga Nordestina Desportiva de Surdos – LINEDS
 - Miss Nordestina de Surdos - MISNES

PROJETO DE CURSOS DE LIBRAS PARA OUVINTES



CAMPINA GRANDE – PB
 FEVEREIRO/2007

Somos Surdos, sim. Não temos vergonha disso!

APRESENTAÇÃO

A Associação de Surdos de Campina Grande, fundada em 09/06/1995, vem lutando pelo respeito ao cidadão Surdo, considerando a sua língua e cultura.

O Surdo utiliza a língua de sinais como primeira língua, na forma “falada” e a Língua Portuguesa como segunda língua, na forma escrita ou falada.

A Língua de Sinais permite ao Surdo “falar”. Através das mãos, comunica o que pensa e o que sente. Este é um dos motivos pelo qual dizemos que o Surdo não é “mudo”.

Algumas pessoas chamam o surdo de “mudo”. O surdo não é “mudo”, pois não tem nenhum problema em seu aparelho fonador. A diferença entre o surdo e o ouvinte está na capacidade auditiva, que o surdo tem diminuído.

Os surdos podem desempenhar atividades nas mais diversas áreas: política, futebol, religião, educação, lazer, tendo direitos e deveres e necessidade de organização social.

Tanto na Libras, como na Língua Portuguesa, há diferenças regionais. Respeitando essas diferenças, ao aprendermos a Libras poderemos nos comunicar com os Surdos em qualquer lugar do Brasil.

A comunidade Surda tem sua própria cultura. A cultura Surda baseia-se na apreensão visual do mundo, sendo a Língua de Sinais sua principal identificação. Por isso, participar desta comunidade é muito importante para a vida dos Surdos.

Com as mudanças ideológicas, políticas e sociais que ocorrem na atualidade, as pessoas com deficiência vêm adquirindo maior respeito e visibilidade em nosso meio social.

Em consonância com esta nova realidade, a referida associação apresenta o projeto de curso de Língua Brasileira de Sinais - Libras, que pretende colaborar para concretização das possibilidades existentes de inserção da pessoa Surda nesta sociedade.

OBJETIVO

O presente projeto tem o objetivo de ofertar cursos de Língua Brasileira de Sinais – Libras -, a fim de possibilitar aos ouvintes o aprendizado desta língua para que, desta forma, se possa vencer a barreira da comunicação existente entre Surdos e Ouvintes, colaborando para formação de uma sociedade mais justa, onde a pessoa Surda obtenha mais respeito como cidadão com língua e cultura próprias, além de colaborar para maior acessibilidade destes aos bens sociais.

Com este trabalho também será possível a esta associação arrecadar recursos para compra de sua sede própria, para que possa implementar outras ações que contribuam para o desenvolvimento social da comunidade surda de Campina Grande e outras cidades polarizadas por esse município.

METODOLOGIA

O presente projeto propõe o oferecimento de cursos de Libras nos níveis I, para iniciantes, e II para pessoas ouvintes que já têm algum conhecimento inicial desta língua.

Pretende-se ofertar doze turmas, seis de nível I e seis de nível II, nos seguintes dias e horários:

<i>Turma</i>	<i>Nível</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>
1	I	3ª e 5ª feiras	8h30min às 9h30min
2	I	3ª e 5ª feiras	9h45min às 10h45min
3	I	3ª e 5ª feiras	14h às 15h
4	I	3ª e 5ª feiras	15h15min às 16h15min
5	I	3ª e 5ª feiras	18h às 19h
6	I	Sábado	14h às 16h
7	II	4ª e 6ª feiras	8h30min às 9h30min
8	II	4ª e 6ª feiras	9h45min às 10h45min
9	II	4ª e 6ª feiras	14h às 15h
10	II	4ª e 6ª feiras	15h15min às 16h15min
11	II	4ª e 6ª feiras	18h às 19h

12	II	Sábado	16h30min às 18h30min
----	----	--------	----------------------

O início dos cursos está previsto para 06 de março, prevendo-se uma carga horária de 30 horas para cada curso. As turmas serão oferecidas com um número mínimo de dez alunos e máximo de 20.

As aulas serão ministradas de forma expositiva estimulando a participação dos alunos através de dinâmicas, utilização de cartazes, retro projetor, data show e vídeos (alguns desses recursos só serão utilizados se houver disponibilidade no local).

A avaliação dos alunos ocorrerá em dois momentos do curso utilizando a forma prática e a escrita.

A avaliação do curso ocorrerá no final do mesmo quando os alunos responderão um questionário com perguntas sobre o desempenho do Instrutor, metodologia adotada, local de realização do curso e darão sugestões.

TAXAS

As taxas cobradas serão de pequeno valor, devido às dificuldades de reconhecimento, ainda, da Libras como uma língua de fato, que para o seu processo de aprendizagem requer os mesmos procedimentos teórico-metodológicos das línguas estrangeiras.

Estas taxas têm a finalidade de custear a produção do material didático e o pagamento de ajuda de custo para os profissionais envolvidos (instrutores e intérpretes), bem como colaborar com a Associação de Surdos de Campina Grande para a realização de suas metas e atividades.

⇒ Inscrição, com direito ao material do curso.	R\$ 30,00
⇒ Mensalidade.	R\$ 20,00

Campina Grande, 14 de fevereiro de 2007

Girlaine Felisberto de Caldas Aguiar
Coordenadora do projeto



ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE CAMPINA GRANDE
 Fundada em 09 de junho de 1995 – CNPJ: 03.156.850/0001-71
 Rua Eutícia Vital Ribeiro, s/n – Catolé – CEP: 58.108-600 – Campina Grande – PB
 Utilidade Pública Municipal: Lei nº. 133 de 18/11/2003
 Filiada a: - Liga Nordestina Desportiva de Surdos – LINEDS
 - Miss Nordestina de Surdos - MISNES

CURSO DE LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) PARA OUVINTE

APRENDENDO LIBRAS DE VERDADE

PROGRAMA DE CURSO

Início: 04 e 05/08/06 | Término: 15 e 16/12/06 | Quantid. Meses: 5 (cinco)

Turmas e Horários

	SEXTA	SÁBADO
MANHÃ	7 hs às 8 hs e 20 min 8 hs e 30 min às 9 hs e 50 min 10 hs às 11 hs e 20 min	XXXX
TARDE	XXXX	14 hs às 15 hs e 20 min 15 hs e 30 min às 16 hs e 50 min
NOITE	17 hs e 30 min às 18 hs e 50 min 19 hs às 20 hs e 20 min	17 hs e 30 min às 18 hs e 50 min 19 hs às 20 hs e 20 min

Valores:

Matricula: R\$ 15,00 | Mensalidade: R\$ 15,00 | Material do Curso: R\$ 8,00

Conteúdo

Alfabeto manual	Pronome demonstrativo
Sinais para saudações (formal e informal)	Pronomes possessivos
Números cardinais	Pronomes interrogativos
Sinais Ano sideral / calendário	Figuras geométricas
Advérbio de tempo	Informações sobre a cultura e costumes da comunidade Surda
Número para quantidade	

Obs.: No decorrer do curso serão ensinados sinais diversos (homem, mulher, animais, cores, alimentos, meses, ano, dias da semana entre outros), os quais serão utilizados para trabalhar a Libras em contexto.

Objetivo:

Possibilitar aos ouvintes o aprendizado da LIBRAS para que os Surdos tenham acessibilidade aos bens sociais como o da comunicação e informação e assim poder lutar por respeito como cidadão com sua língua e cultura.

Contatos:

Girlaine (coord. do curso) (83) 9925-1457 (comunicação por mensagem de texto)
 Germana (intérprete) (83) 8825-2910
 EDAC (83) 3322-5533

Djailton de Souza Oliveira
Vice - Presidente

Girleine Felisberto de Caldas Aguiar
Coordenadora



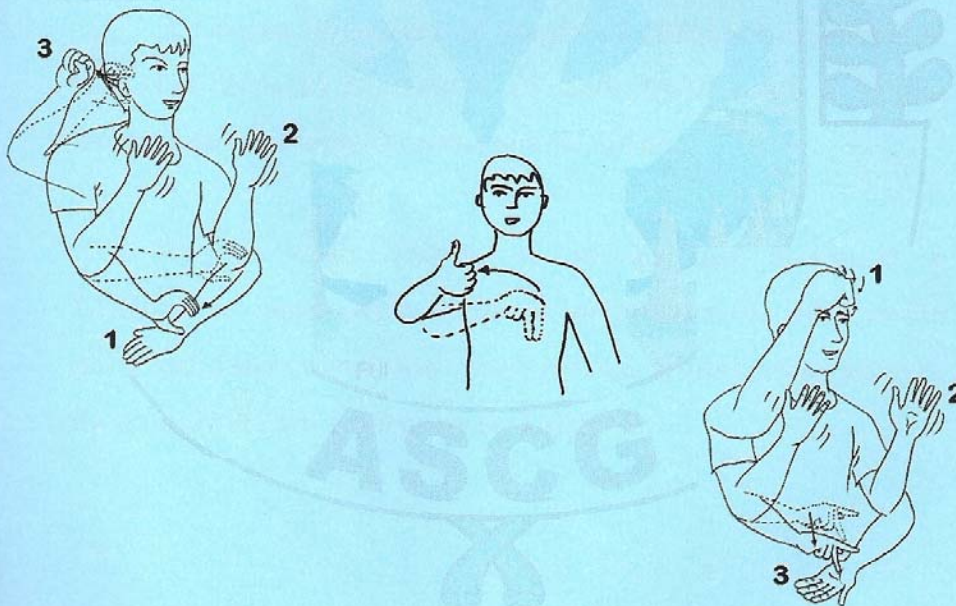
ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE CAMPINA GRANDE

Fundada em 09 de junho de 1995 — CNPJ: 03.156.850/0001-71
Rua Eutícia Vital Ribeiro, s/n – Catolé – CEP: 58.108-600 – Campina Grande – PB
Utilidade Pública Municipal: Lei nº. 133 de 18/11/2003
Filiada a: - Liga Nordestina Desportiva de Surdos – LINEDS
- Miss Nordestina de Surdos - MISNES

CURSO DE LIBRAS PARA OUVINTES

NÍVEL I

APRENDENDO LIBRAS DE VERDADE



Somos Surdos, sim. E não temos vergonha disso!



ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE CAMPINA GRANDE

Fundada em 09 de junho de 1995 – CNPJ: 03.156.850/0001-71
Rua Eutícia Vital Ribeiro, s/n – Catolé – CEP: 58.108-600 – Campina Grande – PB
Utilidade Pública Municipal: Lei nº. 133 de 18/11/2003
Filiada a: - Liga Nordestina Desportiva de Surdos – LINEDS
- Miss Nordestina de Surdos - MISNES

CURSO DE LIBRAS PARA OUVINTES

NÍVEL II

APRENDENDO LIBRAS DE VERDADE



Somos Surdos, sim. E não temos vergonha disso!

LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.625, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa celebraram, em Paris, em 15 de julho de 2005, um Acordo relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 1.086, de 14 de dezembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar, concluído em Paris, em 15 de julho de 2005, apenso a este Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém, conferindo ao Comandante da Aeronáutica a condição de autoridade administrativa para efeito da implementação e assinatura dos instrumentos específicos.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do [art. 49, inciso I, da Constituição](#).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Alencar Gomes da Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA FRANCESA, RELATIVO AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NO
ÂMBITO DA AERONÁUTICA MILITAR

PREÂMBULO

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, doravante designados como "Parte brasileira" e "Parte francesa" e, como "as Partes", quando considerados em conjunto;

Considerando o Acordo de Segurança relativo às trocas de informações protegidas entre o Governo da República da França e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de outubro de 1974;

No intuito de fortalecer sua cooperação na área de defesa e, em especial, na área da aeronáutica militar, tendo em vista interesses operacionais, industriais e políticos; e

Considerando a intenção da Parte francesa de prestar seu concurso à Parte brasileira para implementar uma solução temporária de substituição das aeronaves Mirage III da Força Aérea Brasileira, enquanto se aguarda a aquisição de novas aeronaves de combate;

Acordam o seguinte :

Artigo 1

Objeto

O presente acordo tem por objeto fixar os princípios e as condições de fornecimento de materiais e serviços à Parte brasileira pela Parte francesa.

Artigo 2

Fornecimento de Materiais e Prestação de Serviços

1. A Parte francesa se compromete a fornecer, a título oneroso, à Parte brasileira, os seguintes materiais e serviços, conforme o disposto no presente Acordo e em instrumentos específicos a serem assinados no âmbito do presente Acordo:

- a) Lote 1: 12 (doze) aeronaves MIRAGE 2000 da Força Aérea Francesa, sendo 10 (dez) aeronaves monoposto MIRAGE 2000C e 2 (duas) aeronaves biposto MIRAGE 2000B;
- b) Lote 2: peças de reposição, ferramentas e documentação de emprego e manutenção das aeronaves de que trata a alínea "a";
- c) Lote 3: capacitação de pilotos e mecânicos;
- d) Lote 4: deslocamento dos aviões da França para o Brasil; e
- e) Lote 5: armamentos ar-ar e suas interfaces com as aeronaves de que trata a alínea "a" bem como a pertinente documentação de utilização e manutenção.

2. Os materiais e serviços de que trata o item 1 do presente artigo, serão detalhados em instrumentos de entendimento específicos, estabelecendo em particular, a configuração, a data de transferência de propriedade, o cronograma e as condições de entrega dos equipamentos, da documentação, dos armamentos e dos serviços de que trata o item 1 do presente artigo.

Artigo 3

Configuração Geral dos Materiais

1. As aeronaves, peças de reposição e ferramentas, assim como os armamentos e suas interfaces, de que trata o artigo 2 do presente Acordo, serão cedidos em estado operacional e na configuração técnica e operacional descrita nos entendimentos específicos de regulamentação de sua cessões. A documentação escrita é cedida tal como está e em idioma francês.
2. As Partes deverão vistoriar o estado e a configuração das aeronaves e demais materiais antes da transferência de propriedade. Após a vistoria, a Parte brasileira considerará ter conhecimento da configuração operacional e técnica dos materiais cedidos no âmbito do presente Acordo e dos instrumentos de entendimentos específicos.

Artigo 4

Condições Financeiras da Operação

1. O preço global definitivo da cessão das aeronaves de que trata o artigo 2, 1, a (lote 1) do presente Acordo é de € 60.000.000,00 (sessenta milhões de euros). Esse preço é fixo e não reajustável.
2. O preço global definitivo das peças de reposição, ferramentas e documentação de utilização e manutenção das aeronaves de que trata o artigo 2, 1, b (lote 2); da capacitação de pilotos e mecânicos de que trata o artigo 2, 1, c (lote 3) e do deslocamento dos aviões da França para o Brasil de que trata o artigo 2, 1, d (lote 4) do presente Acordo é de € 20.000.000,00 (vinte milhões de euros). Esse preço é fixo e não reajustável.
- 3.. Os cronogramas de pagamento dos lotes 1 a 4 estão definidos conforme o anexo ao presente Acordo.
4. Os valores necessários à manutenção e operação das aeronaves constantes do artigo 2, 1, a (lote 1) e aos armamentos ar-ar a serem adquiridos e suas interfaces com as aeronaves, referidos no artigo 2, 1, e (lote 5), do presente Acordo serão previstos e autorizados na lei orçamentária brasileira correspondente a cada exercício financeiro.

Artigo 5

Transferência de Propriedade

1. As Partes determinarão, de comum acordo, a data da transferência de propriedade dos materiais de que trata o artigo 2 do presente Acordo.
2. A transferência de propriedade, para cada lote de que trata o artigo 2 do presente Acordo, será realizada em território francês.
3. A partir da data de transferência da propriedade, a Parte brasileira arcará com os custos relacionados com transporte, utilização e manutenção dos materiais cedidos no âmbito do presente Acordo.

Artigo 6

Cronograma de Entrega

1. A Parte francesa compromete-se a entregar, à Parte brasileira, 03 (três) aeronaves MIRAGE 2000C e 01 (uma) aeronave MIRAGE 2000B dentre aquelas de que trata o artigo 2, 1, a (lote 1) do presente Acordo, na última das seguintes datas: no prazo máximo de 14 (quatorze) meses após a data de entrada em vigor do presente Acordo, ou em dezembro de 2006.

2. a) A Parte francesa compromete-se a entregar à Parte brasileira as demais aeronaves, de que trata o artigo 2, 1, a (lote 1) do presente Acordo, na última das seguintes datas: no prazo máximo de 35 (trinta e cinco) meses após a data de entrada em vigor do presente Acordo, ou em agosto de 2008.

b) A Parte francesa compromete-se a examinar a possibilidade de entregar, à Parte brasileira, entre 02 (duas) e 04 (quatro) das aeronaves de que trata a precedente alínea, 24 (vinte e quatro) meses após a data de entrada em vigor do presente Acordo.

3. Os cronogramas de entrega dos lotes 2 a 5 serão definidos nos instrumentos de entendimento específicos de fornecimento desses lotes.

Artigo 7

Da Responsabilidade por Danos

1. Cada uma das Partes é responsável por qualquer perda ou dano causado a outra Parte, ou a terceiros, na execução deste Acordo.

2. Os custos de indenização serão repartidos entre as Partes como a seguir:

a. Quando uma única Parte for responsável, essa assumirá a totalidade da reparação dos danos causados.

b. Quando a responsabilidade for devida às duas Partes, ou quando não for possível atribuir a responsabilidade a uma ou a outra Parte, o montante da indenização será suportado por ambas as Partes igualmente.

Artigo 8

Precauções de Uso e Manutenção

1. A Parte francesa informará à Parte brasileira da presença de materiais que necessitem de cuidados especiais para o seu manuseio ou manutenção. Tendo sido informada, a Parte brasileira compromete-se a assumir eventuais consequências danosas, para seus servidores militares ou civis, ou para terceiros, pelo uso indevido desses materiais.

Artigo 9

Trocas de Informações Relativas às Condições de Emprego

1. As Partes concordam em trocar informações técnicas relativas aos materiais previstos neste Acordo e suas condições de emprego e manutenção. As informações recebidas no âmbito do presente Acordo não podem ser transferidas, comunicadas nem divulgadas a terceiros, direta ou indiretamente, a título temporário ou definitivo, sem o acordo prévio por escrito da Parte que originou a informação.

2. A natureza das informações trocadas será definida em um instrumento de entendimento específico entre as autoridades competentes de ambas as Partes.

3. A Parte francesa entregará à Parte brasileira os documentos relativos aos procedimentos e recomendações particulares sobre as precauções específicas tomadas, na França, pela Parte Francesa para o emprego e a manutenção das aeronaves de que trata o artigo 2, 1, a, do presente Acordo. A Parte Brasileira compromete-se a tomar conhecimento dos ditos documentos e adotará comportamento semelhante ao francês quanto a estas precauções.

Artigo 10

Não Reexportação

1. A Parte brasileira compromete-se a não reexportar os materiais fornecidos no âmbito do Artigo 2 do presente documento, sem o acordo prévio da Parte francesa. Este compromisso deverá ser formalizado em um "Certificado de Não-Reexportação" – CNR, a ser assinado para cada lote pela autoridade competente designada pela Parte brasileira, na data de assinatura do instrumento de entendimento que trata de cada lote.

Artigo 11

Segurança

1. Todas as informações produzidas ou trocadas no âmbito da implementação do presente Acordo serão usadas, comunicadas, armazenadas, tratadas, e protegidas conforme o disposto no Acordo de 2 de outubro de 1974.

Artigo 12

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia relativa à interpretação e à implementação do presente Acordo deverá ser resolvida por meio de negociação entre as Partes.

2. Caso uma controvérsia não possa ser resolvida por via de negociação em um prazo de até seis meses, uma das Partes pode pedir que a controvérsia seja submetida à arbitragem.

Artigo 13

Emenda

1. O presente Acordo poderá ser emendado a qualquer momento, por acordo escrito entre as Partes. A emenda entrará em vigor de acordo com o procedimento descrito no artigo 14, 1.

Artigo 14

Disposições finais

1. Cada uma das Partes notificará a outra Parte sobre o cumprimento dos procedimentos legais requeridos, no que lhe concerne, para a entrada em vigor do presente Acordo, a qual ocorrerá na data do recebimento da segunda notificação. O presente Acordo gerará efeitos a partir da data do

pagamento da primeira parcela do preço global das 12 (doze) aeronaves de que trata o artigo 2, 1, a, conforme Anexo 1 ao presente Acordo.

2. Em caso de inadimplência da Parte brasileira relativa ao pagamento da primeira parcela do preço global das doze (12) aeronaves de que trata o artigo 2, 1, a, do presente Acordo, no prazo de um ano após a assinatura do presente Acordo, este poderá ser considerado denunciado pela Parte francesa.

3. Ambas as Partes podem denunciar, a qualquer momento, o presente Acordo, com aviso prévio de seis meses.

4. A denúncia não anula os direitos e obrigações assumidos pelas Partes no âmbito do presente Acordo.

5. As modalidades de implementação do presente Acordo serão definidas em instrumentos de entendimento específicos.

6. A denúncia do presente Acordo leva à denúncia simultânea de todos os instrumentos de entendimento assinados para a sua implementação.

Em fé do que, os representantes das Partes, devidamente autorizados, assinam e selam o presente Acordo.

Feito em Paris, em 15 de julho de 2005, em dois exemplares originais, em português e francês, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do
Brasil
CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

Pelo Governo da República Francesa
MICHÈLE ALLIOT-MARIE
Ministra da Defesa

LEI N.º 10.098 de 23 de março de 1994

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa; III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo; IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico; V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga; VI - ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO II**DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO**

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação

Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 6o Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7o Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

CAPÍTULO III

DO DESENHO E DA LOCALIZAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 8o Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9o Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO IV

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV - os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

CAPÍTULO V

DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS DE USO PRIVADO

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

- I - percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;
- II - percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;
- III - cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

DA ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VII

DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES SOBRE AJUDAS TÉCNICAS

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

- I - à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;
- II - ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;
- III - à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO IX

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

**CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179o da Independência e 112o da República

Libras

Funcionários aprendem Libras para se comunicar com usuários surdos

Para atender adequadamente às pessoas com deficiência auditiva, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) habilitará 720 empregados de estações e da segurança a utilizarem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O treinamento está sendo realizado em parceria com a Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais e com o Instituto de Apoio, Pesquisa e Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (IAPE), que preparou o material didático e disponibilizou instrutores especializados.

O curso que teve início no dia 11 de abril terá duração de 20 horas. Com ênfase na prática, os funcionários simularão situações referentes àquelas enfrentadas no cotidiano da companhia, desde conversação até atividades em grupo e de interação com o professor.

O objetivo é que ao menos dois empregados, por turno de trabalho, recebam o treinamento. "Nós como prestadores de serviço temos a obrigação de promover atendimento diferenciado para esses usuários", diz a analista de recursos humanos da CPTM, Roseli Picazo Garcia. "Eu sempre me comuniquei com passageiros com deficiência auditiva através de gestos", conta o agente operacional Roberto Gabriel dos Santos, que está passando pelo treinamento. "Mas é muito importante saber se comunicar de forma correta."

Segundo Rosely a CPTM transporta, por mês, cerca de 710 mil passageiros com algum tipo de deficiência. A oficina de Libras, como está sendo chamada pela Companhia, faz parte de um programa iniciado em 2005, que visa atender todos esses usuários. Além do curso de Língua de Sinais, outros 370 funcionários já foram capacitados para conduzir corretamente pessoas com mobilidade reduzida dentro das estações.

De acordo com Rosely a intenção é que até o início de 2008 todos os funcionários - cerca de 2100 - de estações e de segurança sejam treinados para melhor atender os usuários com algum tipo de deficiência.



http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=12064&cod_canal=8